

Frederico Delgado Rosa
Filipe Verde

EXPLORADORES PORTUGUESES
E REIS AFRICANOS

Viagens ao coração de África
no século XIX

Com a participação de
Gustavo Rubim

a esfera  dos livros

Índice

A Esfera dos Livros
Rua Barata Salgueiro, n.º 30, 1.º Esq.
1269-056 Lisboa – Portugal
Tel. 213 404 060
Fax 213 404 069
www.esferadoslivros.pt

Distribuidora de Livros Bertrand, Lda.
Rua Professor Jorge da Silva Horta, n.º 1
1500-499 Lisboa
Tel. 21 762 61 96
Tel. (geral) 21 762 60 00
Fax 21 762 32 31
distribuidora@bertrand.pt

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

© Frederico Delgado Rosa e Filipe Verde, 2013
© A Esfera dos Livros, 2013

1.ª edição: outubro de 2013

Capa: Companhia

Revisão: Constança Paiva Boléo
Paginação: Júlio de Carvalho – Artes Gráficas
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos

Depósito legal n.º 364 213/13
ISBN: 978-989-626-503-8

Prólogo 9

1.ª PARTE – OS EXPLORADORES E O SEU LABIRINTO: PORTUGAL, ÁFRICA E OS EUROPEUS NO SÉCULO XIX

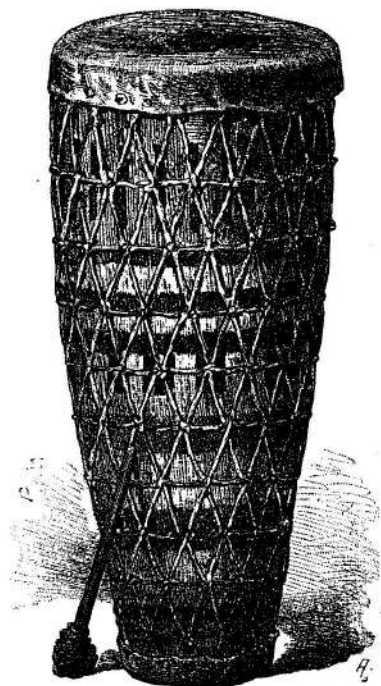
1. Os heróis da ciência e a partilha de África 13
2. Exploradores sem mapa: sertanejos, ambaquistas
e outros..... 21
3. Fronteiras da incompreensão 27
4. Poder divino, violência e sacrifícios humanos: as realezas
africanas pré-coloniais 39

2.ª PARTE – O CAMINHO DOS TRÊS IMPÉRIOS

5. Do deserto ao desespero: a expedição de José Monteiro
e António Gamito ao Muata Cazembe 51
6. Esplendor e terror: Rodrigues Graça na corte do Muatiânvua .. 91
7. Reis brancos: David Livingstone e a viagem impossível de
Silva Porto 133
8. Morte ou glória: Serpa Pinto *versus* Capelo e Ivens 159
 - 8.1. Traição no Barotze 176
 - 8.2. O sangue da Garanganja 216

1.^a PARTE

OS EXPLORADORES E O SEU LABIRINTO:
PORTUGAL, ÁFRICA E OS EUROPEUS
NO SÉCULO XIX



OS HERÓIS DA CIÊNCIA E A PARTILHA DE ÁFRICA



Em meados de Oitocentos, a zona central dos mapas de África era um enorme espaço em branco. Cinquenta anos depois estava preenchida nos seus traços principais. Em breve, por força de uma súbita e feroz competição imperial, sobrepor-se-iam às linhas da geografia as fronteiras políticas das novas colónias europeias.

África permanecera até então misteriosa e inacessível porque tudo, dir-se-ia, obrigava a que permanecesse assim aos mesmos europeus que então já haviam chegado aos recessos da Ásia, das Américas e do Pacífico. Múltiplos fatores haviam contribuído para a sua inacessibilidade à ávida curiosidade geográfica europeia. O clima cruel e o ambiente pestilento que dizimavam os brancos, as enormes distâncias e os obstáculos geográficos, as resistências humanas entretecidas na violência característica de mundos que desde há muito se haviam estruturado ativa ou defensivamente perante o omnipresente comércio de escravos, tudo isso fechara o continente à curiosidade e ao interesse dos europeus – que se limitavam no essencial a entregar e receber nas costas do continente o que ia e vinha pela mão dos africanos do seu interior. Havia exceções, evidentemente, mas eram apenas isso, porque a regra era que o branco que entrava África dentro morresse num prazo relativamente curto – de malária, de disenteria, de fome, de sede, assassinado – antes de chegar a algum lugar, no meio de nada.

Foi esse o destino da maioria dos exploradores até meados do século XIX, e é necessário enumerar exemplos para que a real dimensão

do desafio que enfrentavam possa ser pressentida. Daniel Houghton (1740-1791) foi convencido a juntar-se a uma caravana que, sem que o soubesse, o desviou do caminho para Tombuctu que era o seu objetivo. No percurso foi roubado e abandonado numa zona desértica, morrendo de sede, só e debaixo de uma árvore, no que é hoje o Norte do Mali. Mungo Park (1771-1806) foi atacado nos rápidos de Bussa, quando descia o Níger de barco, para fugir das flechas e lanças, atirou-se à água com os três europeus que o acompanhavam, morrendo todos afogados. Alexander Laing (1793-1826) alcançou Tombuctu partindo de Trípoli, mas foi recebido de forma hostil pela população muçulmana. Decidiu por segurança partir em direção à costa, mas dois dias depois da partida foi espancado até à morte pelos guias. Hugh Clapperton (1788-1827), enviado em 1821 para a costa ocidental para procurar esclarecer o que acontecera a Park, morreu de disenteria perto de Sokoto, a capital do império Fulani no Níger; os dois europeus que o acompanhavam haviam morrido de malária logo nas primeiras etapas da viagem. Eugène Maizan (1819-1845) morreu decapitado por um chefe Zaramo a cerca de 100 quilómetros da costa de Zanzibar de onde partira, amarrado a uma árvore, depois de lhe cortarem os membros e os genitais.

E foi também a morte que encontrou Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1799), o primeiro explorador português «moderno», quando procurou atravessar o continente, de Moçambique a Angola, no reinado de D. Maria I. Lacerda e Almeida tinha nascido e vivido quase toda a sua vida no Brasil, onde trabalhara longos anos na fixação das fronteiras com o Paraguai e a Argentina, e era portanto um veterano dos sertões sul-americanos. Já experiente geógrafo foi para Coimbra onde fez um doutoramento em Matemática para então ser nomeado governador dos Rios de Sena, na Zambézia, a região da África oriental onde a presença portuguesa se estendia mais para o interior. Tinha por principal missão ensaiar a travessia, numa altura em que o deficiente cálculo das longitudes estimava a distância entre as duas costas como muito menor do que é realmente. Lacerda e Almeida estava longe de saber quanto os sertões de África eram diferentes dos do Brasil. A sua mulher adoeceu de «febre maligna podre, ou purpúrea» no trajeto Zambeze acima até Sena, o mais importante centro português do interior, vindo a morrer aí. O curto diário da

sua expedição termina abruptamente antes de chegar àquele que era o seu primeiro objetivo – a capital do Cazembe, então o grande potentado da região centro-este de África a essas latitudes. O diário é uma descrição da corrupção política e moral da Zambézia, das mil dificuldades e conflitos com os carregadores de uma expedição que avançava impreparada e com meios escassos por regiões há anos em seca extrema, e dos efeitos cada vez mais dramáticos da doença, provavelmente malária, que finalmente o matou. Foi um dos outros membros da expedição, o padre Francisco João Pinto, que assumiu então o seu comando no trajeto de regresso a Moçambique. O ensinamento fundamental que dela se tirou foi que era prudente não repetir o projeto da travessia.

No entanto, depois da hecatombe, a partir de meados do século, os exploradores começaram finalmente a vencer os obstáculos e a revelar África. A fama de alguns deles – David Livingstone, Richard Burton, John Speke, Verney Cameron, Henry Stanley, Pierre de Brazza e alguns portugueses de que este livro se ocupa – tornou-se maior que as suas vidas, por intensas que estas possam ter sido, e certamente o foram. A nova geração de exploradores africanos beneficiava do conhecimento dos erros cometidos pelos seus antecessores e assim, salvo raras exceções, entraram em África com meios de defesa suficientes para garantir a segurança das pessoas e dos muitos bens que transportavam para pagar os custos de manter alimentada a expedição e os direitos de passagem, por vezes exorbitantes, exigidos por todo o pequeno, médio e grande chefe e soberano africano. Beneficiavam também de meios técnicos e humanos por vezes impressionantes. Stanley transportou um barco desmontável da costa oriental até ao Lualaba, no centro do continente, Livingstone fez o mesmo na sua expedição ao Zambeze; e algumas expedições partiam da costa com trezentos ou quatrocentos carregadores e, até onde isso era possível, com dezenas de bestas de carga. Por último e talvez mais fundamentalmente, beneficiavam de recentes descobertas da medicina que, entre outras coisas, havia criado o primeiro profilático da malária, a mais mortal das doenças africanas.

Entrar no interior de África era então um desafio e uma experiência avassaladores, em que a primeira coisa posta em causa era, como vimos, a vida daqueles que aceitavam o desafio de o fazer. Dor, fome,

sede, cansaço extremo, eram apenas a face física de um sofrimento e de um desespero que era também, por isso e por mais do que isso, mental, subjetivo. A milhares de quilômetros do seu mundo, a passo incerto por terrenos sem mapas, inevitavelmente doente, no meio de estranhos com quem o mal-entendido era a regra, tendo de lutar contra toda a sorte de contratemplos e contrariedades, por vezes fisicamente ameaçado e envolvido em querelas de vida ou morte, o explorador temia morrer ou, pelo menos, enlouquecer, talvez porque por vezes via essa loucura nos seus comportamentos e nas suas emoções. Combatia-a pela esperança de um regresso, por doses maciças de quinino, láudano e, por vezes, álcool, pelo desejo atávico de viver, de sobreviver, por cada tiro dado num pedaço de carne ensanguentada, por vezes gritando de ódio, ameaçando e matando, por cada grão de milho e cada charco de água suja que encontrava para se saciar depois de dias ou semanas de escassez. E porém, no meio disso tudo, do que exaltou e ergueu os exploradores à condição de heróis, havia outras coisas.

Havia África e a viagem, a longa viagem, a vastidão do que estava pela frente, o deslumbre e grandiosidade de algumas paisagens, a magnificência da fauna, a surpresa da descoberta da beleza dos corpos africanos e do prazer repartido do sexo, o calor confortável das fogueiras nas noites geladas dos planaltos, o torpor apaziguador do álcool, do láudano ou simplesmente do cansaço, a extrema solidariedade humana que se descobria nos menosprezados negros quando se enfrentavam dificuldades, o fervilhar festivo noturno dos carregadores que batucavam e cantavam e dançavam e assim esqueciam as animosidades e atritos do quotidiano e o medo de acompanhar os brancos por caminhos desconhecidos que cruzavam fronteiras para além das quais, pensavam, haveria certamente outras formas de feitiço – em que o explorador não acreditava, pois que era promessa de luz para as trevas africanas.

Para o explorador, a viagem era a vontade de a cumprir, de avançar no trajeto projetado, de passo a passo ir correndo tantas vezes no fio da navalha o caminho que imprevistos e acidentes frequentes vezes desviavam, interrompiam ou faziam estagnar durante dias ou semanas, ou meses. A rotina das caravanas começava antes da aurora quando o acampamento era levantado e a longa fila de homens, e

também de mulheres e crianças, que iam nascendo pelo caminho, pegava nas suas cargas e se punha em marcha, uma marcha que terminava com o sol ainda alto, quando todo o grupo se reencontrava e iniciava as tarefas de fim de dia. Os carregadores construía o acampamento – defesas contra as feras para os animais; e para os homens tetos e paredes precárias, mas suficientes para oferecer privacidade à noite e proteger o corpo da humidade ou da chuva. Os retardatários iam chegando, recolhia-se lenha e acendiam-se as fogueiras, cozinava-se e comia-se, os exploradores entretanto iam à caça onde ela existia, faziam medições geográficas, astronómicas e meteorológicas, recolhiam amostras dos solos, preenchiam as páginas dos seus diários com desenhos, tabelas e com as observações e impressões da jornada, da viagem, da vida, no final de um dia irrepetível como são irrepetíveis todos os dias de uma viagem. E depois, mais do que tudo, havia ainda uma sensação de conquista solitária, de autossuperação, o orgulho de ser o primeiro – o desígnio que faz o explorador –, como se o primeiro olhar não nativo fosse por si só um ato de apropriação e de conquista, não de uma nação ou raça por outra, mas do mundo ou de uma sua fatia por um homem e pelo seu sacrifício.

O fim da viagem, tão desejado, tantas vezes visto como impossível, era o momento singular e íntimo do reencontro do explorador consigo próprio. No momento em que voltava a ver o oceano, aquele de onde partira ou o da contracosta, um, dois ou três anos depois de ter iniciado o caminho em direção ao interior, o explorador era um homem diferente daquele que partira. Como todo o verdadeiro viajante, e por força das experiências-limite da viagem, descobria a sua própria transformação enquanto ser humano. Quantas vezes não chegava ao termo da sua expedição destituído de tudo, incerto sobre a sua identidade, provavelmente sobre a memória e realidade de si e do mundo tal como os havia conhecido. Um mundo que no entanto, a cada milha percorrida pelo vapor que o devolvia à Europa, o explorador desconcertantemente reencontrava tal como deixara. Uma vez chegado, era recebido por multidões e aclamações, homenageado e condecorado, percorria as capitais da Europa, proferindo conferências onde discorria perante pares e especialistas sobre os novos lugares cartografados e finalmente escrevia um livro onde relatava a sua experiência e viagem a um público ávido de as conhecer. O explorador

era uma figura celebrada de uma sociedade em que espaço e tempo eram as coordenadas de um processo de conquista, de uma marcha incremental que inelutavelmente iria apagando as manchas sobreviventes da humanidade primeva. E África era por excelência – assim se cria – o lugar onde a humanidade era primeva, um mundo selvagem e desconhecido, um lugar de fronteira, numa aceção física, cultural e existencial. Aqueles que a transpunham e a revelavam à Europa eram heróis. Depois deles e pelos caminhos por eles abertos chegaria, pensava-se, o comércio, o cristianismo e a civilização.

Assim, pouco a pouco e graças ao sacrifício, coragem e desejo de fama desses homens, deu-se finalmente resposta aos velhos mistérios da geografia africana. Foram eles que deram a conhecer os cursos e nascentes dos grandes rios – Nilo, Níger, Congo, Zambeze –, e as ligações que faziam a rede hidrográfica que provinha tentacularmente das zonas equatoriais e dos planaltos centrais do continente; que revelaram o traçado e dimensão dos grandes lagos e cadeias montanhosas; a distribuição, extensão e recursos das grandes zonas ecológicas, que tendiam a descrever, aguçando apetites coloniais, como se se tratassem de Eldorados à espera que alguém lhes deitasse a mão. Foi sem dúvida um empreendimento extraordinário, que correu paralelo desse outro, com que se havia inevitavelmente de combinar, pelo qual a partir dos anos 1870 as grandes e algumas pequenas nações europeias se concertaram e tomaram posse do «esplêndido bolo africano», na expressão de Leopoldo II da Bélgica, um singular e sinistro personagem central da formação dos impérios coloniais europeus em África.

Por uma combinação de múltiplos e independentes fatores, os governos e opiniões públicas de vários países europeus foram então tomados por uma febre de apropriação de África, descobrindo assim, como disse Robert Salisbury, primeiro-ministro inglês de então, que «la faim vient en mangeant». A vastidão africana tornou-se pequena e o resultado foi um longo e duro jogo diplomático que teve o seu ponto culminante na célebre Conferência de Berlim de 1884-1885, onde Portugal lutou por ver reconhecidos os direitos históricos ligados à antiguidade da sua presença em África. O mapa do continente foi sendo pintado com diferentes cores dos impérios projetados. Portugal, um parceiro pobre, necessariamente tolerado na «luta por

África», tinha um mapa cor-de-rosa que unia Angola e Moçambique; Inglaterra um mapa encarnado que ligava o extremo norte ao extremo sul, o Cairo ao Cabo; França um mapa azul que se estendia do Níger e do Congo até ao Mar Vermelho. Inevitavelmente as cores sobrepunham-se em várias zonas assim sob disputa e os mapas tiveram que ir acomodando a força dos poderes em jogo e de outros que nele apareceram. Os italianos alimentavam sonhos no norte de África e na Etiópia; os alemães, pela mão resoluta de Bismarck, apropriaram-se sem esperar pelo acordo de ninguém dos Camarões, do Togo, da Namíbia e da Tanzânia; e por último havia ainda o rei dos belgas, tão diplomaticamente engenhoso quanto maligno nas intenções e que, sob a face do humanitarismo, ambicionava o controlo comercial da imensa bacia hidrográfica do Congo por uma associação internacional de fachada por si criada. Nessa luta, inevitavelmente, as expedições científicas de exploração de África, que então se multiplicaram, desempenharam um papel por vezes muito importante, científico no nome, político no intento. E por isso, nas últimas décadas do século XIX toda a África estava a ser cruzada por exploradores – sobretudo britânicos, alemães, franceses e portugueses.

As grandes explorações do período não percorriam porém, ou quase nunca percorriam, territórios virgens para os europeus, ou imunes à sua influência. Gradualmente, desde há mais de três séculos, África havia tomado lugar na teia que fechara o mundo numa rede de trocas. O comércio africano – onde desde tempos imemoriais sempre circulou sal, ferro, cobre, gado e escravos – não começava nem terminava nas zonas costeiras, porque o que os europeus demandavam de África – mais do que tudo escravos, mas também marfim, cera e, mais tardiamente, borracha –, e o que os africanos recebiam em troca – tecidos, aguardente, missangas, armas e pólvora –, cada vez mais provinha e ia para o interior profundo do continente. Das suas costas, desde o século XVI, grosso modo entre os paralelos 15 Norte e Sul, partiam caminhos que se tornavam uma rede tanto mais intrincada quanto mais avançava para o interior, cujos trajetos e entrepostos variavam continuamente, à luz de circunstâncias locais políticas, militares, climáticas e epidémicas. As redes comerciais do Atlântico Sul desembocavam nas feitorias e portos da costa do Luango e de Angola, respetivamente a norte e sul da foz do Congo,

onde Luanda e Benguela eram apenas os principais portos. As índias, controladas pelos Árabes e Suaílis, desembocavam na costa de Zanzibar e, marginalmente, de Moçambique, a sul do Cabo Delgado. Poucos as percorriam até à sua origem porque as mercadorias eram sucessivamente trocadas, viajando mais do que os mercadores, e porque os poderes locais tinham o poder de estabelecer barreiras e de as defender zelosamente, garantindo assim uma fatia importante dos lucros do comércio. E inevitavelmente os caminhos da travessia de África iam ao encontro dessas barreiras – no caso dos exploradores aqui em causa, os impérios da Lunda, do Cazembe, do Barotze, ou de outros menos impérios, mas não menos ciosos dos interesses comerciais que qualquer caravana lhes parecia ameaçar – que eram por vezes obstáculos mais formidáveis ao avanço das caravanas de exploração do que a geografia ou o clima, porque nesse tempo ainda eram os africanos que controlavam os caminhos de África.



EXPLORADORES SEM MAPA: SERTANEJOS, AMBAQUISTAS E OUTROS



Apesar da imagem solitária do explorador, o sucesso das expedições dependia em larga medida dos africanos e também do indispensável conhecimento prático detido por aqueles que percorriam desde há muito os caminhos do comércio do interior do continente. Essa dependência em que as expedições de exploração se encontravam face às «culturas de caravana» começava primeiro que tudo pela necessidade de recrutar carregadores para transportar as toneladas de bagagem que arrastavam. Cada carregador transportava uma carga de cerca de 30 quilos, e a bagagem podia chegar às 8 ou 10 toneladas, pelo que eram necessários 150, 200 ou mais carregadores. Depois havia a necessidade de cozinheiros, de criados, de homens de confiança que ajudassem à caça e na defesa da expedição, bem como de guias e intérpretes, que eram os ouvidos e voz do explorador na Babel africana. Essa dependência manifestava-se muitas vezes e de forma aguda em muitas das situações-limite que as expedições enfrentavam. A chegada de Cameron a Benguela – no que foi a primeira travessia de África por um europeu de leste a oeste – só se tornou possível graças a dois «portugueses degenerados», aliás negros, que se permitiam todas as arbitrariedades e violências para capturar escravos¹; Livingstone foi salvo da morte por mercadores árabes que acompanhou durante largos meses na sua última expedição em demanda das nascentes do Nilo; a segunda expedição de Stanley que o levou de Zanzibar à foz do Congo atravessou os territórios hostis da captura de

escravos na zona dos grandes lagos, acompanhando também durante largos meses o famoso negreiro suaíli Tappu Tip e o seu exército; e as expedições portuguesas, belgas e alemãs que a partir dos anos 70 e 80 do século XIX, em plena febre de apropriação de África, partiam da costa de Angola, contaram sempre com o apoio vital de sertanejos e de ambaquistas.

Sertanejo era a designação corrente dos comerciantes – brancos ou negros, portugueses na sua maioria e muitas vezes degredados ou descendentes de degredados – que comerciavam com o interior, organizando expedições que dirigiam ou cujo comando era entregue a homens da sua confiança, os chamados pombeiros, que eram tradicionalmente responsáveis pela contratação de carregadores e pela sua disciplina. A maior parte deles eram comerciantes de escravos e muitas das expedições eram na verdade bandos armados que os compravam aos chefes locais ou os capturavam onde conseguiam iludir a vigilância e fuga das populações. Os ambaquistas, por seu turno, eram assim chamados pela sua ligação histórica ao outrora florescente entreposto angolano de Ambaca. Estes importantes personagens da história da exploração consideravam-se e eram considerados pelos outros africanos como «brancos», embora o sentido dessa expressão fosse dado não pela cor da pele, mas por traços culturais adquiridos e orgulhosamente preservados dos seus por vezes já muito distantes antepassados portugueses. Eram uma população independente dos poderes nativos, cristianizada (mas nem por isso menos crente na feitiçaria ou na adivinhação), fluente em kimbundo e em português, as duas línguas francas dos *hinterlands* de Luanda e Benguela, e muitos deles sabiam ler e escrever – o que era marca da sua distinção e identidade «brancas», a par do batismo, do uso idiossincrático de roupas europeias e, elemento muito significativo, de sapatos. Os ambaquistas eram artesãos multifacetados, empresários do comércio angolano, secretários e conselheiros dos reis e sobas africanos, funcionários da administração portuguesa, militares de segunda linha e, quando as expedições de exploração europeia se tornaram aí frequentes nas últimas décadas do século XIX, os tradutores-intérpretes e guias das expedições. Acima de tudo, porventura, eles eram representantes, ao menos autoproclamados, do Muene Puto, o nunca visto, mas muito imaginado rei de Portugal.

A importância dos sertanejos e ambaquistas para as expedições científicas das últimas décadas do século XIX raramente transparece nos livros que os exploradores deixaram. A sua marginalização deve-se talvez em primeiro lugar ao facto de a sua presença de alguma forma pôr em causa a primazia que todo o explorador queria para si, mas também com a sua íntima associação com um mundo que a Europa queria ver desaparecer – decadente, mestiço e escravagista. O mais importante retrato da presença portuguesa em África no período havia sido feito por Livingstone, então a mais influente voz sobre o continente, e era imensamente crítico. Depois da primeira das suas três expedições e da publicação de *Missionary Travels and Researches in South Africa* em 1857, Livingstone tornou-se uma celebridade mundial, uma figura santificada e heroificada que encarnava os ideais humanitários que começavam a ter expressão cada vez maior nas opiniões públicas europeias. Assumiu assim militantemente o papel do imperialista que propagava a promessa futura de desenvolver, cristianizar e civilizar África, e também o papel do feroz nacionalista para quem isso dependia, contra os interesses de portugueses, que ademais eram católicos, da prevalência da vontade e da todo-poderosa iniciativa britânicas. Foi a prevalência dessa vontade que fez aliás abortar sucessivas reivindicações territoriais portuguesas em nome de direitos de precedência histórica em algumas zonas da costa e do interior. O atrito entre Portugal e os britânicos emergiu no século XIX em torno de disputas comerciais e territoriais menores – na Guiné, na foz do Congo e em Delagoa Bay –, mas o seu motivo fundamental foi, ao longo de todo o século, a insistente pressão britânica – e resistência portuguesa – para pôr termo efetivo ao comércio de escravos. E ninguém mais do que Livingstone contribuiu para acirrar essa pressão.

Apesar do auxílio prático que recebiam dos sertanejos e ambaquistas, os exploradores tendiam assim a dar uma imagem negativa daqueles que encarnavam a degeneração da velha colonização portuguesa, uma colonização que não mereceria na verdade tal nome, por ser feita por populações rácica e culturalmente miscigenadas. Mesmo quando a efetividade da presença portuguesa era reconhecida, procurava-se muitas vezes dar a ideia de que apenas contribuía

para as primeiras etapas da viagem, por exemplo ao longo do rio Cuanza, sempre dentro das fronteiras dos então relativamente pequenos territórios de Angola sobre os quais Portugal detinha algum controlo. Assim, em 1882, o explorador alemão Max Büchner reconhecia que entrar no continente por essa via era surpreendentemente fácil: «Para chegar a Malange não é preciso nenhum talento especial. De Luanda até ao Dondo viaja-se semanalmente em barcos a vapor pelo Cuanza acima. A partir do Dondo é-se transportado em tipoias e alcança-se assim, confortavelmente e sem perigo, o objetivo mencionado, para o que se deve contar com cinco a dez dias, consoante a pressa necessária. Ao longo do caminho, há numerosas aldeias e os géneros alimentícios são sempre oferecidos em quantidade suficiente. A cada 20 ou 30 quilómetros existem postos militares com palhotas para alojamento, nas quais se pode dormir sem preocupações e, em caso de danos provocados pela fuga de um carregador ou por roubo, os soldados portugueses pretos, que se encontram por todo o lado, funcionam como uma polícia muito eficaz.»²

Em qualquer dos casos, o conhecimento que sertanejos e ambaquistas tinham de África, dos seus caminhos, das suas línguas, costumes e regras, não chegava à Europa, porque não deixavam registos escritos ou porque, se os deixavam, permaneciam ignorados. Além disso, o seu saber meramente prático não tinha aos olhos da opinião pública europeia, e muito menos das sociedades geográficas, um valor equiparável ao que de lá traziam os exploradores dignos desse nome – os únicos que estavam habilitados a dar resposta às questões da ciência geográfica contemporânea, em virtude da sua preparação científica e da parafernália técnica das suas expedições. Não havia exploradores sem mapas porque se tratava não apenas de neles inscrever a geografia do continente, mas também de sistematizar observações zoológicas, botânicas, geológicas, astronómicas, climatológicas e etnológicas, o que não estava no horizonte de sertanejos e ambaquistas, que ademais estariam atavicamente ligados a África e, como tal, comprometidos com o tráfico humano que por lá corria e inflamava as consciências europeias – ou mais a rigor, britânicas.

Em última análise foram portanto os exploradores a resolver os mistérios da geografia africana, quanto mais não fosse porque era para

eles, como europeus, que esses lugares eram misteriosos. E era em vão que os portugueses e luso-africanos se ressentiam da ingratidão europeia e criticavam publicamente os exploradores por se limitarem a colocar no mapa territórios já por eles bem conhecidos. Numa coluna de um jornal de Luanda em 1878, era com a veemência de dois pontos de exclamação que se invetivavam os «aventureiros e intrusos estrangeiros que deitam a mão a tudo para alcançar o seu objetivo, que se gabam perante todo o mundo com um descaramento inacreditável e despertam a admiração de todos, como se tivessem sido os primeiros a empreender a perigosa viagem às longínquas terras desérticas do interior africano!!»³

Houve exceções à regra, é certo, como por exemplo, em 1873, a tradução e publicação inglesas – por iniciativa dessa extraordinária figura que foi o explorador e polígrafo Richard Burton, entre outras coisas também tradutor de *Os Lusíadas* para inglês –, de alguns manuscritos raros produzidos por esses *pioneiros*, que tanto contribuíam para o conhecimento de zonas ainda em branco nos mapas da época. Foi o caso de dois ambaquistas, Pedro João Batista e Amaro José, que deixaram um relato da ambiciosa e bem sucedida travessia de Angola a Moçambique, que durou nove anos!, entre 1802 e 1811. Recebidos na corte de D. João VI, então no Rio de Janeiro, esses homens simbolizam afinal a particularidade da relação de Portugal com aquelas regiões de África, que, fosse como fosse avaliada, era longa e, como tal, tinha raízes profundas.

Quando Portugal, primeiro sob o impulso de Sá da Bandeira e depois com a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875, procurou fazer valer junto das potências europeias a sua presença histórica em África, resgatou por assim dizer a experiência sertaneja como testemunho dessa presença, por inconsequentes que tais argumentos fossem no jogo em que as maiores potências europeias concertadamente dividiam o continente. Fosse como fosse, o traçar de fronteiras nada tinha a ver com o que então já se conhecia do interior do continente; e pelo menos por rigor histórico e respeito pelos que sempre arriscadamente o tinham percorrido, havia que dizer, como o disse Henrique de Carvalho, o grande explorador e etnógrafo da Lunda: «Que não corra como novo, o que para nós é

antigo»⁴ – uma poderosa fórmula que ao tempo resumia uma verdade histórica, uma estratégia política e o sentimento de uma nação dada a ressentimentos e consumida pela miragem de destinos históricos imperiais.



FRONTEIRAS DA INCOMPREENSÃO



Os livros de exploração são livros de aventura. Neles, página após página, encontram-se relatos de acontecimentos e episódios dramáticos e perigosos, de momentos de incerteza, risco e sofrimento, como também, inevitavelmente, de estoicismo, arrojo e superação heroica de cada uma e todas essas dificuldades – sem os quais, aliás, não haveria sequer relato, por morte prematura do que seria o seu autor. Foi porventura essa sua dimensão que os tornou tão populares para os seus leitores contemporâneos e para todos os que ao longo de gerações os foram lendo e assim tomando conhecimento dessas tremendas peripécias, dos seus protagonistas e dos seus tão aclamados feitos.

Mas, não é preciso dizê-lo, os livros de exploração africana são muito mais do que meros livros de aventura. São um testemunho de mundos – lugares, pessoas, acontecimentos – descritos inevitavelmente da perspectiva do explorador-autor, mas que não são por isso imaginários ou ficcionais. Como os textos etnográficos, que no sentido estrito do termo à data das explorações do período que este livro trata ainda não tinham sido inventados, o seu poder e relevância prendem-se com a sua dimensão descritiva e testemunhal, com a sua dimensão de verdade. Entrar nesses textos é entrar de forma muito real em África do século XIX, quando esse era ainda, e era de facto, um continente remoto, misterioso e, em certo sentido, em muitos sentidos, estranho. Não eram estranhas as montanhas e rios que se

descobriam, pois que se tratavam de montanhas e rios, como não eram estranhos os leões e elefantes que se viam e caçavam, pois que se tratavam de leões e elefantes; o que era estranho era outra coisa, outras coisas. Era o que trazia tantas vezes para os títulos e linhas desses livros a imagem da escuridão e para os seus momentos de confessionalidade mais arrebatados um sentimento infinito de solidão e repulsa pelo mundo circundante. O explorador traçava as coordenadas dos lugares, mas em certo sentido estava sempre perdido num labirinto, mergulhado num irrevogável desacordo e mal-entendido com o mundo humano que o cercava. A fronteira última de África, aquela que o explorador descobria por nunca conseguir atravessar, era a da diferença, da estranheza e da incompreensão cultural. E diferentemente dos etnógrafos profissionais que mais tarde lhes seguiriam os passos, o explorador não possuía à partida nenhum enquadramento ideológico relativizador que o guiasse no confronto com essa diferença, que dessa forma facilmente se absolutizava.

A diferença cultural, de acordo com os cânones do tempo, e embora havendo exceções significativas, era pensada em termos de diferenças biológicas, de diferenças de «raça». Se era comum no século XIX a ideia da unidade do género humano, também o era a ideia segundo a qual essa unidade não era contraditória com uma profunda desigualdade entre as raças que o compunham, uma desigualdade que não era meramente física mas também intelectual e, como corolário, social e «civilizacional». O negro, o preto, o nativo, o africano (as designações vão variando ao longo dos textos), nunca está longe da selvajaria na maior parte das descrições. Era essa avaliação que estava por detrás das intenções humanitárias e imperiais – e ao tempo para muitos uma e outra eram a mesma coisa – que prometiam civilizar África, resgatá-la de uma história e uma geografia ingratas que haviam fixado os seus nativos – os negros – num estágio primitivo do processo civilizacional. Terra da escravidão, de doença e de fome, África era também o lugar de sacrifícios humanos e canibalismo, de feiticeiros, adivinhos e soberanos despóticos, onde a vida do homem era, como o havia dito Hobbes descrevendo o estado de Natureza, «solitária, pobre, sórdida, brutal e curta». Histórica e geograficamente separada dos centros da civilização – que havia produzido os tratados de ética e a eletricidade, a noção de humanidade e de evolução

biológica – pulsava no coração de África a pujança da Natureza, e com ela da violência, da crueldade e da ignorância primitivas.

Essa imagem oitocentista de África foi incessantemente combatida ao longo do século XX por antropólogos, historiadores e humanitários de toda a sorte, que para isso não tiveram mais do que trocar o pessimismo antropológico de Hobbes pelo otimismo de Rousseau e seguir o lastro deixado pelos movimentos abolicionistas que haviam lutado ao longo de todo o século XIX pela proibição e erradicação da escravatura. O que estava afinal por detrás dessa imagem era, como se veio então a dizer, uma presunção infundada de superioridade cultural, um mero, embora profundo, preconceito etnocêntrico alicerçado em utilizações impróprias das teorias do evolucionismo social e biológico e que em última análise serviam, como a história do continente foi mostrando, de véu legitimador de interesses de dominação política e exploração económica. Como disse Lévi-Strauss, um dos mais autorizados defensores do relativismo cultural, «bárbaro é aquele que acredita na barbárie».¹ E no ambiente desse relativismo cultural, não foi difícil defender que a África autêntica, aquela que antecederia o cataclismo do comércio atlântico de escravos que lhe tinha sido imposto do exterior, era um lugar onde os seres humanos viviam em simbiose com o mundo a que pertenciam, em comunidades integradas e funcionais, com uma vida espiritual rica, usufruindo da prodigalidade da Natureza e desconhecendo os constrangimentos e regras artificiais com que a «civilização» havia limitado a liberdade e gozo dos prazeres sensuais, estéticos e lúdicos vitais.

Encontramos um exemplo eloquente, mas característico de certo quadro oitocentista de valores, em Capelo e Ivens: «O negro típico, tem basta carapinha, espessa como a lã, raras vezes barba ou bigode, é de baixa estatura, tem a fronte deprimida, proeminente o *occiput*, bem como as queixadas e arcadas zigomáticas, adiantando-se-lhe do mesmo modo que nos quadrúpedes glutões, a boca, guarnecida de largos e grossos lábios. O nariz é achatado, estreito o pescoço, ao passo que a coluna vertebral extremamente curva para a frente, logo acima da bacia, parecendo tal conformação prestar-se mais à marcha sobre os quatro pés! Mais cientificamente acrescentaremos: a capacidade do crânio acha-se reduzida quando comparada com a do europeu, sobretudo na região anterior.»² A caracterização prossegue

nos mesmos termos, usando um vocabulário que infunde a ideia de objetividade e cientificidade, mas soa como profundamente equívoca, para não dizer alucinada, ao observador contemporâneo. Em páginas como estas o explorador é o porta-voz dos preconceitos do seu tempo e ilustra quanto o condicionamento do olhar pode determinar o modo como este vê e apreende o que vê, e como, portanto é fácil encontrar em características selecionadas, típicas ou não típicas dos indivíduos, os elementos que confirmavam os preconceitos de que partia e que assim nunca chegava a pôr em dúvida. Em certo sentido, essas descrições dizem mais sobre esses preconceitos e sobre o seu caráter limitador quando se trata de pensar a diferença, do que sobre os putativos conteúdos dessa diferença.

Henry M. Stanley dá-nos uma outra expressiva ilustração do mal-entendido antropológico que continuamente confronta o explorador. Afirma ele que no negro, «os músculos, os tecidos e as fibras dos seus corpos e todos os órgãos da visão, audição, olfato ou locomoção estão tão desenvolvidos como os nossos». Mas imediatamente acrescenta o que os distingue dos europeus: «Temos gostos e julgamentos superiores, baseados numa experiência mais ampla, no poder de expressão, nos princípios morais e na cultura intelectual.» É a partir dessa posição de superioridade que fala com um negro do Congo sobre as diferenças que os caracterizam. Observando-o, encontra no seu rosto «uma máscara horrenda e extravagante, desajeitadamente talhada nalgum estranho e grosseiro material castanho-escuro». No seu corpo nu vê uma «camada de barro ocre com estranhas marcas de picadas, círculos, quadrados e cruces» e descobre «com surpresa as muitas rugas vincadas fruto da idade, do clima, dos poucos cuidados e da incúria». Os pés, são «monstruosos abortos e as plantas tão duras como cascos». No cordão que lhe cinge a cintura estão pendurados «farrapos de pele de macaco e pedaços de osso de gorila, corno de cabra, conchas, estranhos remates para estranhos apetrechos». Em volta do pescoço, «crânios de rato, pele de cobra, dentes de serpente». Olha em redor «para essas bizarras criaturas semelhantes a homens que me olham fixamente e que têm um cheiro estranho», as palavras que lhe ocorrem são: «feito, ainda mais feito, feiíssimo». As mulheres mostram a «indecência geral da sua nudez, os corpos sórdidos, as enormes tetas que pendiam do peito», fazendo-o

exclamar «Que horror!» E no entanto o seu interlocutor tem um «humor astuto e uma disposição amável», e está junto a ele porque Stanley, dando-lhe na mão 20 caurins*, a moeda local, lhe disse: «Meu irmão, senta-te junto a mim nesta esteira e sejamos amigos e convivamos.» O desenlace do encontro é a descoberta por Stanley do caráter relativo da definição do que é ou não é humano. Pois que essas pessoas se mostravam interessadas «em saber de onde venho, para onde vou e qual é a minha atividade», acabando por descobrir o que depois todos exclamavam: «Wa-a-a-antu! – são homens! Agora imaginem esta situação! Enquanto nós, homens brancos, discutíamos com arrogância se os seres que víamos eram humanos, aquelas criaturas duvidavam profundamente que nós o fossemos!»³ Todos descobrem assim «que o mundo é bizarro», e em África aos olhos do europeu tudo o é.

E não faltam nunca evidências disso. Intelectualmente, o explorador deslinda que o negro «não compreende o mundo que o cerca» ou, o que é dizer o mesmo, o compreende «erroneamente» e de modo «impossível».⁴ A bizarria das suas crenças mostra, segundo Serpa Pinto, que «o cérebro do preto não está à altura de compreender um certo número de questões, comezinhas entre povos de raças evidentemente superiores. As questões abstratas são sublimes e incompreensíveis a tão inferiores organizações. Explicar teologia a um preto equivale a expor as sublimidades do cálculo diferencial a uma assembleia de campónios».⁵ Isso é assim porque desde logo, como dizem Capelo e Ivens, não é capaz de apreender e aplicar princípios de natureza lógica, não «compreendendo o axiomático princípio de que o todo é maior do que qualquer das partes; pela simples razão de haver raposas que têm o rabo maior que o corpo!»⁶ Por mais que tentem, os exploradores não conseguem também extrair cálculos plausíveis de distância e de duração. Tudo se parece perder numa nebulosa onde se pode, sem surpresa, caminhar sempre para norte para vir parar a sul, como explica um guia num dia em que a expedição vagueou perdida, e apenas saber que o tempo que demora a cumprir um dado trajeto é pouco ou muito, sem que se consiga perceber

* Concha de um molusco gastrópode (*Trivia monacha*) então correntemente usada como moeda em várias zonas de África e do Índico.

quanto é o pouco e o muito, que pode ser, talvez, o gasto de uma ou duas alpargatas.

Essa diferença cognitiva tem a sua expressão mais clara quando se atenta nas suas línguas, que «são em geral pobres, imperfeitas, complicadas de variadíssimos sinais», a que «faltam muitos termos genéricos» e que – como todas as línguas que não possuem cláusulas de subordinação – produzem «extensas orações que tanto incomodam». ⁷ É também intrigante para o explorador o modo como os africanos observam os desenhos que faz. «Parecem ignorar por onde começar, não fixam nem se orientam, e por mais que se lhes queira pôr o desenho na devida posição, eles o inclinam ou curvam a cabeça, sendo-lhes impossível aperceber as imagens.» ⁸ Os exploradores entreveem assim o filão que veio a ser explorado pela disciplina que tomou para si o confronto com a diferença cultural – a Antropologia, que cedo deixou para trás a prevalecente e equívoca identificação oitocentista entre «raça» e «cultura», mas não sem ir cavando esse mesmo filão em eternas discussões sobre a existência ou não de correlação entre formas de socialização, formações culturais e processos cognitivos.

Não se avançava em África a não ser na companhia de africanos. As caravanas nas primeiras etapas da viagem eram, como vimos, compostas por mais de cem pessoas, por vezes muito mais; entre elas estavam os moleques que auxiliavam pessoalmente o explorador, os parceiros de caça, os guias que se iam contratando, e um grupo sempre limitado de «imediatos» e tradutores de confiança. É em convívio próximo e prolongado, muito prolongado, com essas pessoas e com as populações que vai encontrando que o explorador vai tendo acesso à África humana, tantas vezes incompreensível e exasperante, tantas vezes tão cruel, tantas vezes tão ingénua, tantas vezes tão indiferente e puerilmente inconsciente. Por detrás de tudo isso estava, não duvidava o explorador, a ignorância, o carácter infinitamente paroquial e erróneo de toda uma visão do mundo, de uma conceção da realidade e do homem, do poder e alcance da ação e do pensamento. Essa ignorância expressava-se na omnipresença do sobrenatural, em imputações causais aberrantes, em nexos de significado que não revelavam mais do que o que pode a fantasia humana quando deixada livre de toda a crítica, mesmo que apenas a do bom senso. Era ela que estava por detrás de todo o medo, de toda a acusação de feitiça-

ria, de todo o ato patético de adivinhação, da inutilidade dos ritos de chuva, de todos e cada um dos amuletos que se prendiam à cintura e penduravam ao pescoço, e por fim da forma como o viam a si. Todos sem exceção acreditavam que o mundo está povoado de entidades malélicas que marcam e tornam perigosos os objetos, os lugares e os caminhos, como acreditavam que o mais certo é que todo e qualquer projeto humano esteja contaminado pela feitiçaria. A feitiçaria era a suspeita universal, e o medo um sentimento sempre à espreita. Os vizinhos, os familiares, a mulher, os filhos, os estranhos, todos podem ser feiticeiros, e todo o infortúnio, todo o desaparecimento, toda a doença e toda a morte não tem outra causa senão a feitiçaria. A vida das aldeias oferecia assim frequentes vezes o espetáculo em que adivinhos e «cirurgiões» sujeitavam acusados e acusadores a provas que, entre outros ordálios, os levavam por vezes a morrer envenenados ou a queimar horripelantemente a pele das mãos pela sua imersão em água a ferver, e que terminavam quase invariavelmente na obrigação de pagar compensações ou de alguém ser tornado escravo ou morto. O explorador utiliza em seu proveito essas crenças, porque rapidamente descobre que é aos olhos de todos o supremo feiticeiro, que traz consigo e manipula os mais estranhos objetos e que os arrasta para um projeto que lhes é em última análise incompreensível. As bússolas, os relógios, os espelhos, as caixas de música, os óculos e telescópios, os fósforos e as lentes que se usavam para atear fogo, a própria cor branca da sua pele, tudo isso servia para causar aos nativos uma impressão e temor profundos – e esse temor era naturalmente uma garantia de segurança para o explorador, que por vezes se servia dele em situações hostis, e outras para se tornar um *entertainer* que espantava grandes audiências e se divertia a si próprio com as reações e explicações destas aos seus atos e instrumentos.

Mas a ignorância também estava por detrás de algo mais perturbador para o explorador: da condição de miséria sociológica e moral que caracterizava as comunidades africanas. Porque o que vigorava no interior africano era «um código de tiranias (...) tendentes a sujeitar não só a vontade, mas ainda os haveres, o interesse e a vida do fraco à ordem do mais forte». Contrariamente ao modo como eram «livremente pintados pelos poetas (...), estes filhos das selvas são as mais infelizes e escravizadas criaturas da Terra, a quem uma infinidade

de costumes bárbaros e absurdas leis repressivas apertam em férreo círculo no viver quotidiano! Em vez de uma completa liberdade pessoal, como à primeira vista se poderia presumir, o negro tem superior a si o régulo, que estuda constantemente o melhor modo de aproveitar-se dele, envolvendo-o num sem-número de preceitos e imposições que lhe tolhem todo o meio de ação. Mesmo dentro da sua própria casa o triste não goza prerrogativas sobre os seus, porque o chefe num momento pode tudo aniquilar, tirando-lhe mulher e filhos. Fora, no arimo e na terra que a família agricultou, nada possui também, porque, sendo o torrão de propriedade do régulo, dele dispõe a seu bel-prazer. Mais longe, se, afastando-se o mísero, após prolongada fadiga, consegue abater um animal em terra de vizinhos, eis que o chefe dali, acercando-se lhe exige o melhor produto do seu trabalho, ficando o remanescente à mercê do outro». ⁹ E, inevitavelmente, era na figura do escravo e da mulher, que muitas vezes era mulher e escrava, e tantas vezes fora antes disso criança e escrava, que essa indignância sociológica e moral africana se encarnava de forma mais dramática. Não surpreendentemente, todos os livros sobre a África desses tempos têm de evocar o que, portanto, não parece poder deixar de ser evocado: que essa era a terra da escravidão e quão dramáticos e cruéis eram os seus custos humanos.

A escravatura – um fenómeno comum à escala da história humana – desde tempos longínquos caracterizou África mais do que qualquer outro lugar do mundo, e foi o que a fez entrar de forma significativa, a partir do século XVI, na rede mundial de trocas. O comércio Atlântico de escravos pode ter subtraído do continente cerca de vinte milhões dos seus nativos. No século XVII estima-se que chegavam em média trinta mil negros por ano às Américas, esse número aumentou para cinquenta mil na primeira metade do século XVIII e para setenta e cinco mil na segunda. Mesmo depois da proibição que os britânicos pela diplomacia e pela força acabaram por conseguir impor, os números continuaram elevados, calculando-se que entre 1811 e 1860 cerca de dois milhões de escravos tenham atravessado o Atlântico em direção ao Brasil e às Caraíbas – numa altura em que o comércio Índico se tornara também pujante. Afinal a atividade continuava a ser lucrativa, e tanto mais que a proibição e os riscos inerentes inflacionaram os preços, as sociedades africanas continuavam a enviá-los para a costa, e

ninguém se sentia com vontade ou capacidade para tomar o passo que para Livingstone e os seus seguidores, mais do que as leis e a vigilância das marinhas, permitiria pôr-lhe termo: a colonização de África.

Ser-se escravo é primeiro que tudo pertencer a outro homem, de quem se é um bem transacionável, é ser alguém destituído de direitos que é obrigado à obediência e ao trabalho, por longo, duro, desonroso, indesejado ou perigoso que este seja, é ser alguém que sofre continuamente sentimentos de vergonha, humilhação e desumanização, que vive numa condição de morte social, de que estão excluídos laços familiares passados, presentes ou futuros, uma associação permanente a alguma comunidade, o direito à propriedade ou, muitas vezes, a expectativa sequer de uma sepultura. Ser-se escravo é não ser-se livre, é estar-se sujeito ao animal cruel, mas senhor, que é outro ser humano. Se, como Aristóteles dizia, «o boi é o escravo do camponês pobre», o escravo é o animal daquele que o possui, de um dono que o compra ou vende, prende com colares e correntes, o marca com ferros incandescentes, o deixa à fome ou à sede, o usa sexualmente, o sacrifica, se apropria dos frutos do seu trabalho e dos seus filhos, da sua vida, em suma.

Quando Henry Maine, grande autor oitocentista da jurisprudência comparada, distinguiu as «sociedades de contrato» e as «sociedades de estatuto», entreviu pela primeira vez o abismo que separava as concepções modernas – que os exploradores traziam consigo – e não modernas de liberdade e de direitos individuais – que encontravam em África. A rigor, aí o indivíduo, como o acabavam por perceber concretamente os exploradores, não era detentor, mas apenas um dos elementos de uma cadeia de bens e direitos cujo sujeito era o grupo a que pertencia. E havia muitas formas de pertencer ou fazer parte de um grupo, fosse ele doméstico, de parentesco ou político. Pertencia-se por nascimento, por casamento, por adoção, mas também porque se foi comprado ou recebido em troca de algum bem ou como um direito – como parte da compra de uma noiva, como indemnização a pagar pelo crime de roubar, matar, ser adúltero ou feiticeiro, como tributo de guerra – como também finalmente porque se era órfão, ou porque por alguma circunstância se estava só ou distante do lugar de origem, e porque portanto se era assim indefeso e carente de algum tipo de proteção. E nesses casos a proteção,

que era a própria sobrevivência, era assegurada quando o indivíduo em causa era integrado num grupo tornando-se sua propriedade e, como tal, elemento potencial da sua rede de trocas. Um escravo era uma reserva de mão de obra para os trabalhos mais intensivos, como especialista de algum ofício, como guerreiro; e se mulher, também um produtor de outros seres humanos. Era algo cuja posse conferia segurança económica, estatuto e poder. E em África todos sabiam que em algum momento se podiam tornar tal, se as circunstâncias e infortúnios – grupos de captadores, secas, fomes, conflitos familiares ou linhageiros, guerras ou os interesses do seu próprio grupo e dos seus poderosos – assim o ditassem.

A lei de África, na visão oitocentista, era apenas um capítulo da lei natural onde impunemente «os fortes oprimem os fracos, cometem extorsões, atacam a propriedade» – a lei que correspondia a um estágio civilizacional inferior onde a consciência moral seria «embrionária», ou menos que isso.¹⁰ Como dizia Richard Burton, sempre enfático no seu escrutínio da moral e caracteres africanos, «a consciência não existe, o único arrependimento que o indígena pode sentir é a pena de lhe haver fugido o ensejo de perpetrar um crime. O roubo distingue um homem; o assassinio sobretudo, se for acompanhado de incidentes atrozes, faz dele um herói».¹¹ E o negro é assim aquele que «incompreende rudemente o dever e a dignidade, que faz parêntesis de toda a nobilitação humana, que desconhece a sublimidade da prática do bem».¹² É «casmurro, desconfiado, cobiçoso e, sobretudo, estúpido», com «disposição para um carácter no geral mau, perverso ou vicioso».¹³ Era essa «consciência moral embrionária» que aos olhos do explorador provocava os conflitos humanos permanentes e desgastantes que continuamente o enredavam. Os carregadores que se recusavam a cumprir ordens e faziam exigências exorbitantes, o medo e a renitência de avançar por territórios desconhecidos, a constante tentativa de ludibriar, o roubo frequente das cargas, e sobretudo a ameaça das cruas leis e exigências locais tal como eram acionadas e impostas por todo e qualquer régulo, rei ou imperador. «Quanta selvajaria e má-fé há nestes monstros, que de homens só têm a forma!»¹⁴ – escrevia-se nos diários em desespero.¹⁵

Juízos extremos, mas correntes nas páginas da literatura de exploração. São sem dúvida a expressão de uma enorme arrogância,

como são a expressão do carácter tantas vezes extremo das situações e emoções vividas pelos exploradores no interior de África; mas são mais do que isso. A desumanidade da escravatura, era a desumanidade do mundo onde ela não era apenas possível, como comum; era a desumanidade de um mundo sem liberdade e sem compaixão, onde o sofrimento era encarado com uma indiferença extrema, e a vida, tudo o mostrava, não tinha valor. E era por África dentro que o explorador avançava, em direção a uma barbárie que era negra e por vezes também branca, deles e sua, porque comumente humana.

E no entanto, os exploradores, ou alguns deles, percebem o quanto podem por vezes ser falíveis os seus juízos e quão incompleto é o conhecimento que chegam a ter dos mundos que atravessam e de certo modo os recebem. Henrique de Carvalho é neste domínio um caso singular, porque é aquele em que a sensibilidade cultural que virá a predominar no século XX se revela de uma forma precoce. Como diz: «Os povos indígenas, têm os seus hábitos já adquiridos, os seus laços sociais, e a sua família, as suas paixões e os seus amores, e as suas necessidades, subordinadas ao meio em que se encontram e onde nasceram, se educaram ou se aclimataram; e nós, sem os compreendermos, sem os estudarmos, ao menos para lhes fazermos justiça, penetramos nas localidades onde eles habitam e queremos logo ser compreendidos, imitados e servidos, como se fosse fácil a imposição de outros costumes e de outra religião, na vida mais íntima de um povo (...). Olvidamos o meio em que nos encontramos, esquecemos tudo e tendo-nos a nós sós como modelo, julgamos ter transportado para lá a Europa civilizada, com todas as suas comodidades, com as suas últimas leis que levaram séculos a alcançar; e as realidades que vemos levamos à conta de selvajaria, para com desprezo tratar-mos o negro e chegarmos à triste e errónea conclusão, que queremos faça eco no mundo civilizado – de que os povos da África são brutos e como tal só a tiro se podem submeter aos nossos usos e costumes; ou então, que deles nada se pode fazer, por serem rebeldes ao ensino.»¹⁶

Henrique de Carvalho sabe também quanto foram limitadas as capacidades dos seus predecessores para dar a conhecer esses costumes: «Romão, Rodrigues Graça, e ultimamente Carneiro, Saturnino Machado, António Lopes de Carvalho, Silva Porto e João Baptista,

negociantes sertanejos; Dr. Pogge, Dr. Max Büchner, tenente Wis-smann, Otto Schütt, Barth, Livingstone, Cameron e outros, o que nos dizem? Muito pouco!»¹⁷ Censura-os também por «em vez de se limitarem a dar conta dos factos que observam, descrevendo-os na sua extrema simplicidade, os envolverem em narrações mais ou menos coloridas, segundo o seu modo de ver»¹⁸, e de não entenderem que para «deduzir o valor intrínseco de um povo, ou apreciar a sua capacidade produtora e a sua civilização», não basta narrar «acontecimentos mais ou menos ruidosos como as visitas que nos fazem os potentados, e as cerimónias que se observam».¹⁹ E por fim, sabe que para falar «com pleno conhecimento de causa» da «delicadeza de significado e cambiante de ideias por vezes tão diversas e quase sempre tão peculiares ao seu desenvolvimento intelectual e ao seu grau moral», não basta «uma rápida viagem, e demais com intérpretes que das línguas modernas só mal conhecem a portuguesa, sendo preciso viver-se algum tempo entre estes povos, meses e mesmo anos».²⁰

Mas por importantes que o etnocentrismo e as disposições emocionais fossem para conduzir os exploradores aos juízos extremos que faziam sobre os mundos africanos, é preciso reconhecer que África encarregava-se de os tornar incontornáveis, porque demasiadas vezes oferecia o *espetáculo monstruoso da barbárie* – como os textos que acompanhamos na segunda parte deste livro tão enfaticamente mostram.



4

PODER DIVINO, VIOLÊNCIA E SACRIFÍCIOS HUMANOS: AS REALEZAS AFRICANAS PRÉ-COLONIAIS



A faixa do continente atravessada pelas explorações de que este livro trata é sob todos os pontos de vista – geográfico, climático, linguístico, cultural – imensamente diversa. Do extremo norte até ao extremo sul, as florestas tropicais tornam-se gradualmente em savanas húmidas e cada vez mais secas que se transformam em extensas zonas desérticas. Hidrograficamente é dominada pelas bacias do Congo e do Zambeze que correm em direção ao Atlântico e ao Índico reunindo a maior parte dos inúmeros rios que partem do vasto planalto que ocupa toda a região central. A maioria da sua população era de raiz banta, originária de um movimento e difusão de populações que praticavam a agricultura e a criação de gado que partiram em direção a sul e a leste de uma região que grosso modo corresponde atualmente à Nigéria, uma migração que se iniciou, pode-se presumir, há cerca de trinta séculos, e que foi empurrando para as zonas desérticas do sul as populações bosquímanas. Desde então a história dessa imensa região de África foi um contínuo movimento de migração e combinação e recombinação de genes, de línguas, de princípios culturais e de organização social, de que foram resultando à luz de circunstâncias locais e regionais um sem-número de entidades políticas e fronteiras étnicas sempre efémeras e fluidas.

Nessa faixa, a maioria das sociedades tinha sistemas políticos de média escala, organizados a partir de princípios de parentesco linhageiros e de relações clientelares em que a integração dos grupos era

REIS BRANCOS:
DAVID LIVINGSTONE
E A VIAGEM IMPOSSÍVEL DE SILVA PORTO



«Resultados, se os houver, certamente não compensam os sacrifícios, trabalhos e perigos a que se expõe o negociante.»¹ Estas palavras foram proferidas em 1884 pelo explorador Henrique de Carvalho a propósito de António Silva Porto, quando este já levava perto trinta e cinco anos de experiência no sertão. Era então o veterano, o exemplo maior, entre os portugueses radicados em África numa eterna aventura comercial, internando-se continente dentro, na mira do «dourado manancial de produtos do gentio, para na velhice descansarem e dele gozarem». Tudo somado, era uma fortuna que nunca chegava na proporção em que fora sonhada, sobretudo para quem dava mostras, como ele, de respeitar as leis de abolição do tráfico negreiro – embora possuísse escravos desde o início da sua carreira de *sertanejo* em 1839. Este termo foi usado pelo próprio Silva Porto numa curta autobiografia que resumia os acontecimentos anteriores a essa data, já que os posteriores estão em geral contidos nos impressionantes volumes do diário que foi redigindo a partir da década seguinte e que intitulou *Viagens e apontamentos de um portuense em África*. Por certo não há, em todo o século XIX, outro documento tão importante para entender as opções e os modos, a um tempo rudes e romanescos, de quem seguia esses caminhos. E torna-se mais impressionante quando pensamos que foi escrito por um homem que tinha apenas as primeiras letras e que aos doze anos incompletos estava a embarcar no Porto com destino ao Rio de Janeiro,

para ser caixeiro na Rua de S. José, num armazém de louça pertencente a um tal de Gregório José Teixeira.

É certo que Silva Porto conseguiu ao longo do tempo construir no Bié, em pleno planalto central de Angola, um pequeno empório, movimentando muitas mercadorias, muita mão de obra e, também, armas para defesa das suas caravanas em caso de necessidade. A sua libata de Belmonte, feita de colmo e adobe, tinha o seu quê de imponente à sombra da bandeira azul e branca e adquiriu uma reconhecida importância estratégica.*

Mas talvez a verdadeira riqueza de Silva Porto fosse outra. Ele sabia que os seus negócios passavam por terras que não eram portuguesas, obrigando-o a lidar habilmente com poderes, maiores ou mais pequenos, que viam nele para todos os efeitos um representante do Muene Puto; e embora o classificassem naturalmente de branco, pois que brancos eram os filhos deste celebrado rei do mar (mesmo aqueles, como os ambaquistas, que o não eram), o mais curioso é que alguns dos muitos chefes nativos com quem estabeleceu laços de amizade e comércio vieram a testemunhar que ele *não* era branco no que diz literalmente respeito à sua tez. «Muito queimada estaria a pele de Silva Porto da longa vida no sertão»,² porquanto não tinha de facto ascendência negra (tanto quanto é possível afirmá-lo para qualquer português do século XIX sem qualquer genealogia africana conhecida). De certa forma, esta circunstância anedótica traduz simbolicamente a maneira como o sertanejo construiu relações ímpares com as gentes do interior. Sem deixar de as influenciar cultural e até politicamente como português, sempre entendeu que era preciso conhecê-las e respeitá-las, pondo de lado a veleidade de contrariar as idiosincrasias locais. É mesmo que no seu íntimo lhe custasse assistir a certas cenas, abstinha-se por sentido pragmático de interferir nos despotismos de vida e morte perpetrados pelos grandes senhores bantos.

Nos seus milhares de páginas manuscritas, ainda hoje inéditas na maior parte, Silva Porto bem revela que conhecia de muito perto

* Foi só em 1842, quer dizer, três anos depois de se iniciar como sertanejo, que Silva Porto fundou o seu estabelecimento. A ativíssima libata de Belmonte tornou-se famosa e viria a transformar-se numa cidade. É hoje Kuito, capital da província do Bié. Durante o regime colonial e até 1975, foi chamada de Silva Porto.

essas sociedades, na sua tradição e história recente, nas dominações e nas misturas étnicas, nas deslocções geográficas do poder centralizado, nos crimes cometidos ou mandados cometer por chefes, reis ou imperadores, quer na ascensão quer no exercício do seu poder divino, bem como nos negócios enfim em que estavam há muito envolvidos, incluindo o dos escravos. Esse conhecimento era em parte aprendido com os que o tinham antecedido, mas noutra parte, maior, era resultante das suas próprias observações e participações. Em ambos os casos, era *a arte e a ciência* do sertanejo que assim se constituíam e exerciam, beneficiadas pelos longos anos de contacto, de negociação, de troca.

Em 1852, porém, quando estava na força dos 34 anos – e já com quinze de tirocínio em África –, foi desafiado a empreender uma viagem de outro tipo. Dera-se o caso, em abril desse ano, de chegarem imprevistamente às imediações de Benguela, à frente de uma caravana de quarenta carregadores, dois comerciantes árabes, de seus nomes Ben-Chombo e Ben-Adballa. O facto causara enorme surpresa na comunidade angolana: esses homens vinham de Zanzibar, tinham atravessado o continente, afastando-se como nunca antes das suas terras! As autoridades portuguesas, aliás o próprio governador-geral de Angola, António Sérgio de Sousa, entendeu que era preciso, não apenas recebê-los com hospitalidade, mas aproveitar a oportunidade rara de os acompanhar de volta à costa oriental africana, entenda-se a Moçambique, de onde seguiriam facilmente para Zanzibar. Dito por outras palavras, era tempo de promover uma expedição portuguesa de travessia do continente. E para melhor encontrar quem se dispusesse a fazê-la, a viagem incluía um prémio prometido no montante de um conto de réis, além de ser conferido ao comandante – que tanto se aceitaria «europeu» como «indígena» – o posto de capitão de passagens. Silva Porto foi o escolhido. Mais do que isso, foi-lhe lançado um repto, como sendo a pessoa certa para a missão. O governador de Benguela encarregou-o solenemente da mesma em 30 de maio de 1852 e a partida ficou marcada para 12 de agosto, depois adiou-se para 15 de setembro devido à pressão dos seus «negócios particulares» e depois ainda para um dia incerto do mês de outubro. Na verdade, a expedição só largou do Bié a 20 de novembro.

Uma das contrapartidas requeridas para vir a receber o prémio da expedição era a escrita do roteiro da viagem, incluindo pormenores da geografia física e observações etnográficas sobre os povos encontrados ao longo do caminho, o que já era hábito de Silva Porto. Em fevereiro de 1853, chegou a Lialui (ou Naliele), que já fora a capital do império do Barotze, onde tinha bons amigos e bons clientes desde há vários anos, ou talvez devêssemos sublinhar que tinha um bom amigo e cliente em particular, na figura do próprio imperador, que apreciava sobremaneira e sabia pagar a bom marfim os produtos europeus que lhe levava o filho do Muene Puto. Agora, porém, tratava-se de o convencer a deixá-lo passar, a ir mais além do Zambeze.

O Barotze, ao tempo da sua maior pujança, as décadas da viragem do século XVIII para o XIX, era denominado Lúí. O imenso potentado conglomerara e transformara politicamente mais de vinte e cinco tribos, estendendo-se por áreas que hoje correspondem a partes da Zâmbia, do Zimbabué, do Botswana, da Namíbia, de Angola e de Moçambique. Provenientes do norte, os Lúí (ou Luínas) tinham conseguido essa proeza através de uma eficaz política assimiladora dos povos que foram sendo avassalados por uma genealogia de soberanos, cujo poder fora crescendo a cada sucesso militar ou raide de captura de gado. Sob a minuciosa ordem aristocrática lúí, reinava uma completa igualdade estatutária entre as diferentes tribos, que o tempo e as alianças patrimoniais mesclaram umas nas outras, sem prejuízo da manutenção das suas identidades históricas, estando por isso todas elas representadas na complexa ordem de conselheiros que rodeava o Litunga, isto é, o imperador. Um soberano lúí decretou um dia a proibição do uso da palavra «estrangeiro», talvez porque no vasto império ninguém o era e todos o eram.

Nas primeiras décadas do século XIX, uma guerra civil motivada por questões sucessórias enfraqueceu o centro do poder lúí numa altura em que estavam a chegar à região os militarmente poderosos Macololos, fugidos do vulcão militar que era então o sul de África. Haviam partido com o seu gado de lugares muito distantes, mais de 1500 quilómetros a sul do Zambeze, para escaparem ao poderio militar dos Zulus. Tornaram-se assim eles próprios invasores, liderados por um formidável líder, Sebituane, que os fez avançar para norte, fazendo a travessia do Orange e do Kalahari. E tal como os Luínas,

os Macololos seguiram uma política assimiladora, que incorporava os mancebos das populações vencidas no seu exército. Isso permitiu-lhes sobreviver ao desafio do êxodo, converter a fraqueza em força e aumentar sempre a riqueza em gado, até chegarem ao Lúí, para o conquistarem e lhe mudarem o nome para Barotze. Sebituane casou então com mulheres luínas e rodeou-se dos próprios dignitários e conselheiros que poupava à morte depois de derrotados militarmente. Havia conseguido, temporariamente pelo menos, conter a última grande ameaça contra a qual teve de lutar, os poderosos e agressivos Matabeles (ou Ndebeles), outro grande potentado da região, vizinho a sudeste dos Lúí. Mas isso tinha-se feito a um preço, o de instalar a sua capital em Linyanti (também chamada Rinhande), no sul, em zonas permanentemente alagadiças, e por isso de fácil defesa, mas que cobravam um alto custo na saúde e vida dos seus.

Em termos de poder, violência e sacrifícios humanos, pior ainda se revelou o curto reinado do seu filho Sekeletu, que sofria de lepra – doença que o mataria – e demonstrava ser ainda mais paranoico que o pai nas suspeitas de feitiçaria contra todos os que o rodeavam. Acabou por se fechar num círculo matrimonial e político estritamente macololo, pelo que mandou matar muitos dos aristocratas lúí que Sebituane havia conseguido cativar e trazer para junto de si como forma de consolidação pacífica do seu domínio sobre o Barotze. Silva Porto ainda fora convidado por Sebituane a negociar na nova capital e conseguiu depois manter boas relações comerciais com Sekeletu, cujo nome transliterava como Hiquereto. Estava bem consciente que «debaixo do seu domínio» havia nada menos de vinte e três etnias diversas e era capaz de as enumerar uma a uma, traçando em desenho grosseiro as fronteiras do império em todos os quadrantes. O Barotze, na sua ideia, era um excelente país, o «de mais vastos recursos no interior do continente africano e fadado pela natureza para fazer a felicidade de um grande povo». ³ A sua visão daquelas terras era, em suma, invariavelmente pragmática e informada, nunca excluindo o ponto de vista de quem ancestralmente as habitava.

A intenção de Silva Porto, regressando agora ao momento da sua chegada a Lialui em fevereiro de 1852, era antes de mais descer ao encontro de Sekeletu, para obter a referida autorização de avanço. Foi todavia atacado de doenças típicas do ambiente alagadiço do

Barotze, que o levaram inclusive a questionar se teria condições para continuar à frente da viagem a Moçambique. Decidiu delegar essa função no seu pombeiro João da Silva, ao mesmo tempo que enviaria emissários à corte imperial de Linyanti, a fim de se resolver a passagem para leste, o que implicava também importantes abastecimentos em víveres. No mês de março, contudo, foi informado por Pepe (ou Mpepe), sobrinho e rival de Sekeletu, que se encontrava um *inguerês* em Linyanti! Esta notícia era tão bombástica, que praticamente o obrigava a esperar que lhe passassem as febres, para ir em pessoa até à capital e saber de quem se tratava.⁴ O que andaria um inglês a fazer no *seu* Barotze?

Curiosamente, foi o inglês – que na verdade era escocês – quem deu mostras de curiosidade ainda maior, porquanto se dirigiu ao acampamento de Silva Porto assim que o mesmo foi montado às portas de Linyanti. Quando, a 13 de julho de 1853, pelas nove da manhã, os dois homens se avistaram, estavam na verdade a protagonizar, sem o saberem, um episódio maior da história das explorações do século XIX, que simboliza mais que nenhum outro o confronto entre dois mundos e entre dois tempos: o dos sertanejos portugueses, que pertenciam ao passado, e o dos exploradores científicos das diferentes potências europeias, que abriam África ao futuro. António da Silva Porto (1817-1890), o veterano do Bié, era o herdeiro e o representante anónimo da antiga presença comercial dos portugueses na África austral. Tinha à sua frente David Livingstone (1813-1873), *primus inter pares* dos exploradores oitocentistas, que então cumpria a primeira das três grandes expedições que o tornariam uma figura célebre na história mundial e o principal apóstolo da urgência e obrigação humanitária de pôr cobro ao comércio de escravos e lançar a colonização de África.

Vindo da Cidade do Cabo, Livingstone tinha atravessado o deserto do Kalahari e ultrapassado o lago Ngami. Sabemos hoje – ele ainda não o sabia então – que depois do encontro com Silva Porto continuaria a rumar a norte até à fronteira sul da Lunda, e depois para oeste, via Cassanje e pelo Cuanza até Luanda, de onde regressaria pelo mesmo caminho até reencontrar o Zambeze, que viria a acompanhar até à foz, alcançando Quelimane e o Índico três anos depois. Aquando do seu primeiro regresso a Inglaterra, Livingstone

veio a traçar projetos e a conseguir do Estado britânico avultados recursos para uma segunda expedição, que pretendeu fracassadamente penetrar no interior navegando o Zambeze e criar estações civilizadoras missionárias na zona do lago Niassa. Viria a morrer na sua terceira e última expedição, vagueando por África na companhia de uns poucos homens, como muitas vezes fizera antes, buscando obsessivamente confirmar a sua ideia (que o tempo e em particular Henry Stanley mostrariam ser errada) de que o Lualaba, o grande rio que corria para norte do centro do continente, era uma das nascentes do Nilo.

Livingstone pensava ser o primeiro homem branco a penetrar aquelas regiões, Silva Porto por seu turno não tinha conhecimento que algum europeu não português tivesse alguma vez penetrado em zonas tão interiores. O seu encontro, como o mostram os respetivos diários, foi uma surpresa para ambos, e o começo de conversa entre os dois teve o seu quê de caricato, pois Livingstone foi-lhe perguntando, em diferentes línguas, qual era a sua, sem lhe vir à ideia que o mais óbvio seria perguntar pela de Camões:

«– Fala inglês?

– Não.

– Francês?

– Não.

– Alemão?... Italiano?

– Não.»

Silva Porto estava a achar alguma graça a este jogo, convencido que o interlocutor, sendo tão poliglota, acabaria inevitavelmente por lhe perguntar se falava português. Mas a piada acabou muito depressa, quando o explorador-missionário dirigiu o rumo do questionário para uma outra hipótese que parecia irreal, para não dizer surreal, no contexto em que surgia:

«– Fala latim?»

A partir deste momento, quase mais parecia que estava a querer medir os conhecimentos e por conseguinte o próprio estatuto de Silva Porto. Este resolveu escrever o nome num papel, que estendeu ao fofasteiro. Ao comenetrar-se enfim de que tinha um português diante de si e de que o mesmo não era analfabeto, a surpresa de Livingstone ficou plenamente consumada. Como entre cavalheiros, viu-se na

obrigação de o convidar para jantar, no dia seguinte. A ocasião foi aproveitada para pôr Silva Porto à prova. A modéstia de origens sociais e a debilidade da formação escolar e intelectual do sertanejo haveriam de o traír. No seu diário, este revelou que, depois da refeição, Livingstone fez questão de sublinhar a natureza da missão que ali cumpria:

«— Contrariamente a si, eu não venho aqui para negociar, mas para explorar o interior africano.»⁵

E sem dar tempo ao convidado de se explicar que também estava ali nessa qualidade, por ter sido incumbido pelo governo-geral de Angola de chegar a Moçambique, o explorador britânico começou a desenrolar-lhe diante dos olhos os seus mapas, como para acentuar a diferença entre os dois. Essa exibição cartográfica constitui deveras, em retrospectiva, o momento crucial que estabelece a distância entre Silva Porto e Livingstone. Os mapas faziam de facto uma diferença impossível de iludir. Com o seu gesto, o escocês marcava a superioridade da ciência sobre o mero comércio, atividade de base de qualquer sertanejo, e exibia o sinal dessa hierarquia. Em suma, o aparato das latitudes e das longitudes distinguia uma expedição de uma caravana. Silva Porto, a bem dizer, pressentiu bem a importância do encontro com o «ilustre viajante» (como por norma o designaria no seu diário, por vezes com uma ponta de ironia), até porque a viagem a Moçambique, em representação oficial do rei de Portugal, que não já da mitificada imagem africana do Muene Puto, era até à data o acontecimento mais conceituado e decisivo da sua carreira, para o qual tivera de se preparar durante cerca de quatro meses.

Naquele serão, conseguiu esconder como pôde que o seu mapa de África não era de papel; mas Livingstone ter-se-á apercebido do seu desconforto e voltou à carga no dia seguinte. O sertanejo teve de passar pela provação máxima e, como era seu costume, narrou-a depois com uma franqueza que não escondia o embaraço sentido, nem deixava dúvidas quanto ao significado que atribuiu ao gesto do explorador escocês: «(...) apresentou-me o ilustre viajante um mapa em branco, que desenrolou; deu-me um lápis, a fim de marcar a posição do Bié e pontos principais por onde tinha transitado. Mais um vexame para mim (...), visto que tive mais de uma vez de lhe responder negativamente, dizendo não ter os conhecimentos necessários para

tal».⁶ Silva Porto não sabia de facto determinar ou inscrever, tampouco identificar coordenadas num mapa. Como para todos os sertanejos de Angola, os lugares «não eram marcados pela bússola, mas sim segundo a posição em que nasce e se põe o Sol».⁷ Conhecía desde há muito, e bem, aquelas e outras regiões de África, os nomes nativos dos seus lugares e os nomes dos portugueses ou luso-africanos que, com ele e antes dele, as haviam percorrido. A verdade é que a insistência de Livingstone naquela outra forma de saber cartográfico o abalou no seu brio, na sua autoconfiança toda feita de empirismo.

No dia seguinte, 15 de julho de 1853, Silva Porto retribuiu o convite e ofereceu um jantar a David Livingstone, servido nas melhores louças. E também no final, na hora do vinho do Porto, decidiu fazer a grande revelação de que não estava desta vez ali na qualidade de comerciante, pois que tinha sido incumbido pelas autoridades portuguesas de fazer a travessia do continente naquela parte sul do continente, cabendo-lhe simbolicamente a missão de entregar ofícios do governador-geral de Angola ao governador-geral de Moçambique:

«— Por causa das febres que tive em Naliele, que me exigiram longa convalescença, fiz-me substituir por homens da minha confiança.» E acrescentou em seguida, num tom cuja honestidade não deixa dúvidas: «— Sabe, os meus conhecimentos para esta espécie de trabalho não são como os seus.»⁸

A 16 de julho, pôs-se a caminho de volta para Lialui (Naliele). Livingstone também seguia para lá, como aliás o próprio imperador Sekeletu, em visita à velha capital nortenha do império. Totalmente ao arrepio do discurso usual do seu diário, Silva Porto escreveu que teve «bastante dificuldade» em realizar esse trajeto, «por causa da jornada a pé, fazendo-nos por consequência as distâncias mais longas do que na realidade não eram.»⁹ É certo que estava temporariamente sem cavalgadura, mas isso não basta para explicar o estado de prostração e sofrimento, narrado em detalhe. Numa das paragens do percurso, foi ao ponto de recusar, por fadiga extrema, um convite de Sekeletu e Livingstone para se lhes juntar numa refeição, e em vez disso mandou preparar um banho de água quente «com sal comum para os pés». Foi com esta receita, e «fazendo das tripas coração», que conseguiu atravessar de volta o rio Zambeze e chegar ao sítio onde tinha deixado a montada; mas isso, escreveu, «ao cabo de oito

angustiosos dias», a que se somariam mais doze, contabilizados como se cada um se tivesse tornado penoso até à chegada a 4 de agosto ao acampamento de Catango⁷, a «montanha do suave declive», próxima de Lialui. Muito simplesmente, António Silva Porto estava transtornado pelo encontro com David Livingstone. Não é certamente por acaso que a caligrafia do seu diário passou a revelar-se nervosa e muito rasurada, nessa data e seguintes.

A chegada, para cúmulo, marcou nova derrota, numa série que por esses meses lhe terá parecido interminável. Na habitual primeira pessoa do plural com que se referia a si mesmo e com a sintaxe insegura que tantas vezes o traía, Silva Porto escreveu que nesse momento e nesse sítio «passámos pela terrível decepção de encontrar o nosso substituto João da Silva, na comissão de Moçambique, e gorada por consequência tal viagem!!!» Em suma, o pombeiro não cumprira a incumbência de ir seguindo em frente, deixando-se ficar parado em Lialui, à espera do seu senhor. Silva Porto nem sequer conseguiu olhar nos olhos o séquito de João da Silva, «tal foi a impressão que nos causou tal acontecimento».¹⁰

Mas havia uma razão acrescida para se sentir envergonhado por esse fracasso. Em Linyanti, tinha dito a Livingstone que delegara o comando da expedição num dos seus homens, e agora ali estava o próprio Livingstone a ver o fracasso resultante dessa ordem contra ordem. Como se não bastasse, o explorador escocês já estava em Lialui há dois dias, não só devido aos acidentes de percurso de Silva Porto, mas pela própria diferença dos meios utilizados em viagem, cuja eficácia parecia inversamente proporcional ao número de pessoas envolvidas. O sertanejo ficou impressionado com a pequena dimensão e com o grau de preparação da comitiva de Livingstone: eram apenas oito pessoas, mas falavam perfeitamente macololo. E sobretudo, comprovou «a indústria dos ingleses» nos dois grandes carros de quatro rodas, puxados cada um por seis juntas de bois.¹¹ Isto substituíra, em transporte de bagagem, nada menos que sessenta carregadores e representava um grau de conforto muito superior para o chefe da expedição. Era simplesmente humilhante que um recém-

-chegado tivesse lições desse calibre a dar a um homem com dezasseis anos de África.

Livingstone era convidado de Sekeletu na capital antiga do Barotze e no dia seguinte, 5 de agosto, Silva Porto saiu do acampamento e dirigiu-se a Lialui para os cumprimentar. Ficou a jantar com ambos, mais os intérpretes das diferentes partes e alguns dignitários macololo. Toda uma trupe de escravas entrou com potes de *boyaloa*, «a cerveja do país», que só foi servida a todos os convivas depois das mesmas mulheres beberem dela um bom trago, «para mostrar que não estava envenenada».¹² Era um momento de grande tensão entre o explorador britânico e o sertanejo português, no que diz respeito ao ascendente de cada um sobre a figura de Sekeletu. Não esqueçamos que o primeiro era missionário, da Igreja Congregacional escocesa, pelo que tinha o intuito deliberado de influenciar as práticas do imperador. A capital nortenha «toda era bulício, envolta em vida alegre, solenizando a vinda do seu suserano»¹³; mas David Livingstone estava taciturno e Silva Porto especulou que fosse por causa dos acontecimentos mais recentes na corte, em particular o assassinio, ordenado pelo monarca, do seu sobrinho Pepe e de mais outro parente incómodo politicamente, num tempo de consolidação violenta do seu poderio, ainda e sempre. Note-se que Sekeletu tinha apenas dezoito anos. Acabado o banquete, e como Sekeletu desse a entender que desejava retirar-se para descansar, Silva Porto afastou-se com Livingstone, ao longo da margem esquerda do Zambeze, e ainda na companhia do intérprete Joaquim Mariano, que ajudou a levar as cadeiras para se sentarem. Instalou-se primeiro um silêncio significativo, que foi quebrado desta forma:

«— Sabe, Porto, eu ainda conheci Sebituane. Assisti à sua morte. Não era nada que se comparasse ao filho. Decididamente, foi o melhor espécime de chefe nativo que alguma vez encontrei.»

«— Deveras? Olhe que as aparências iludem. Sebituane tinha um tanto de lunático, para não dizer que era um perfeito selvagem. O seu governo era um contínuo sorvedouro de vítimas, que mandava matar sob a mais leve suspeita de feitiços contra a sua pessoa.»¹⁴

O silêncio reinstalou-se, até ser novamente quebrado pelo explorador escocês. Abordava agora o assunto que mais em profundidade o melindrava:

⁷ A não confundir com a região do Catanga, de que se falará no capítulo seguinte.

«— Julgo que o vi ontem passar a cavalo e reparei que pouco tempo depois da sua passagem a bandeira portuguesa estava desfraldada no seu acampamento de Catango.»¹⁵

Não é de espantar o especial cuidado do sertanejo nas correspondentes páginas do seu diário; é evidente que as escreveu com plena consciência da importância de que se revestia esta conversa. De certo modo, era o reverso, pelo menos ele queria que fosse o reverso do desastrado encontro de Linyanti, e portanto a oportunidade de Silva Porto mostrar ao rival com que espécie de conhecedor de África estava a lidar. Tudo lhe ficou na memória, desde «o deslizar brando das águas» do Zambeze, com «cardumes de crocodilos aqui e ali», até ao «benéfico calor da tarde», que comunicava «grande prazer» aos homens e aos «anfíbios», num cenário perfeito que era em si mesmo um convite para aquela «conferência». O significado da observação do missionário explorador, a preocupação que revelava, não escaparam a Silva Porto, como se vê pela resposta que lhe deu:

«— É verdade que passei a cavalo ontem de manhã pelas povoações do povo lúí, a caminho do Catango. E de facto a bandeira portuguesa foi hasteada assim que cheguei ao acampamento, mas não deve ver nisso nada de extraordinário, porque qualquer pessoa que me conheça lhe dirá que isso é vulgar. Acontece todos os dias desde 1841, seja onde for que eu esteja: na minha libata do Bié ou em qualquer acampamento que faça nas terras interiores do norte, do leste ou do sul.»

Silva Porto queria deixar bem claro que representava Portugal, independentemente de quaisquer revezes da sua atual expedição a Moçambique. A ênfase que colocou na banalidade do ato de arvorar a bandeira azul e branca naquelas paragens de África é reveladora da sua percepção do sentido político das palavras, das ambições de Livingstone, cuja ânsia de pioneirismo era notória. Ora, a presença simbólica de Portugal, através do estandarte, significava que nada de novo havia na circulação de europeus por ali. Para todos os efeitos, uma forma de presença europeia — a portuguesa — tinha pelo menos uma dúzia de anos de história efetiva, numa região todavia distante da fronteira administrativa da colónia de Angola. Justamente, se havia coisa incerta por essa época, era tal fronteira.

É portanto imprescindível pensar em Silva Porto como um explorador também, porquanto encarnava aquilo que toda a prática das

explorações afinal pressupunha: uma consciência colonial (e nacional), para mais posta em prática. Não só garantia conhecer há muito as terras e rios que Livingstone tanto desejava ser o primeiro a avistar — o primeiro europeu, é claro —, como pertencia à tradição de um poder alóctone, ao qual cabia «de facto e de direito» (palavras de Silva Porto) a prioridade na descoberta e revelação das mesmas terras e rios.

Livingstone insistiu, focando-se agora propriamente no reino por onde estava de passagem em direção à costa atlântica:

«— E antes de si, houve outros *portugueses* que tenham estado aqui no Barotze?»

Esta era a pergunta que permitia a Silva Porto explicar a traço grosso o que era a sua atividade e contar sumariamente a história já longa dos seus negócios africanos:

«— Desde 1841, não é preciso ir mais atrás, eu próprio levo as minhas fazendas para os lugares que oferecem melhores possibilidades de êxito, mas também mando para outros destinos os meus empregados e pombeiros quimbundos. Os primeiros que vieram aqui ao Barotze foram o Joaquim Mariano e um seu companheiro, o Francisco da Fonseca, que estão aqui conosco. Vossemecê já os conhece. De 1845 a 1849, vieram fazer negócio a Nialele com o rei Riumbo e depois com o seu primogénito, Machico, até que o rei Sebituane lhe tomou o trono e me convidou a vir pessoalmente.»

Era uma referência à terceira das viagens relatadas em *Viagens e apontamentos de um portuense em África*, iniciada em 26 de novembro de 1847 e concluída no final de janeiro do ano seguinte. O breve resumo feito a Livingstone dá-nos a imagem clara do perfil de Silva Porto como explorador. De facto, não estar em pessoa numa dada expedição não significava que não a sentisse e relatasse como sua, isto é, como parte do seu currículo de africanista português. Os empregados e pombeiros recebiam instruções para tudo o que deveriam registar e depois Silva Porto redigia o relato final ao seu jeito, usando sempre a mesma primeira pessoa do plural — que de certa maneira confundia na sua própria os outros agentes envolvidos. Por outro lado, a menção específica dos soberanos lúí e macololo com quem os negócios tinham decorrido era uma demonstração nada inocente dos seus conhecimentos sólidos da recente história política do Barotze.

Da mesma forma, Silva Porto dava a entender a Livingstone que era igualmente bem conhecido dos potentados – e bem visto por eles.

Em suma, a sua resposta deve de algum modo ter impressionado, pelos menos o suficiente para que a pergunta seguinte já envolvesse certa aproximação do explorador-missionário ao sertanejo e, portanto, um reconhecimento da sua importância naquelas regiões onde era indiscutível que a presença de portugueses se revestia de significado para os africanos, quaisquer que fossem as etnias a que pertencessem. Eis o que ele quis saber:

«– Tenciono dirigir-me a Luanda. Sabe se há por lá hospedarias onde eu possa ficar? E haveria inconveniente em eu seguir na sua companhia?»

A resposta de Silva Porto, conforme a encontramos no seu diário, sugere pelo tom que sentiu acinte na primeira pergunta, quando não preconceituoso desprezo por parte do escocês quanto ao que imaginaria ser a capital de Angola. A réplica não é de todo inverosímil, mas também pode ser que a parte mais sarcástica fosse introduzida *a posteriori*, na fase de redação:

«– Não só encontra o meu amigo hospedarias em Luanda, como também encontrará por lá compatriotas seus. Como sabe, os ingleses têm de bom essa qualidade de se introduzirem num sítio com a mesma facilidade com que os piolhos se metem pela costura da roupa usada, só a largando quando os matam...»

Muito mais consentânea com o bom feito e a simpatia proverbial do sertanejo é a segunda parte da resposta, em que a referência ao fracasso da missão a Moçambique surge também de acordo com a franqueza típica da sua atitude:

«– Dá-se esta circunstância, feliz ou infeliz, de ter abortado a viagem a Moçambique de que lhe falei. Eu ainda levo muito a peito concretizar esse cometimento e daí que esteja a pensar delegar a tarefa num dos dois árabes que eu tinha ficado de acompanhar à contracosta. Enquanto fui a Linyanti, confiei-lhes algumas fazendas, para irem trocando por marfim junto de alguns magnatas indígenas e também de alguns brancos do Bié que se instalaram mais cá para dentro. Ficaram de voltar aqui, mas como ainda não regressaram, tenciono partir eu ao seu encontro, para lhes dar o encargo da comissão de Moçambique e ao mesmo tempo ficar a saber o resultado dos negócios

que fizeram. Por consequência, quando eu regressar, fico disponível para me dedicar a tudo o que lhe possa ser útil, incluindo a viagem a Luanda.»

Esta resposta é muito reveladora. Não só Silva Porto acrescentava e reforçava a informação acerca do seu *modus operandi* de negociante e explorador, suscetível a qualquer momento de cooptar novos colaboradores, como deixava enfim compreender bem melhor os motivos pelos quais nunca acompanharia até à costa moçambicana a expedição oficial, de que no entanto era o organizador inequívoco. Com efeito, tudo indica que ultrapassar para leste as fronteiras do Barotze era uma ideia que esteve sempre longe do espírito do homem de Belmonte. Ou seja, o seu trabalho de gestão e articulação da rede de negócios centrada no Bié, que o obrigava a deslocamentos constantes para acompanhar os resultados do trabalho dos pombeiros e empregados dispersos por diversas zonas, dificilmente deixava margem para que se afastasse para tão longe e por tanto tempo, por muito que levasse a peito concluir a travessia de que o governo o encarregara. As limitações que o distinguiam de um explorador como Livingstone, que vinha de tão longe como a Cidade do Cabo e se dispunha a ir até Luanda, cobrindo por conseguinte uma vastíssima extensão da África meridional, não eram apenas de ordem prática ou material, tampouco científica ou cultural. Eram também, se não sobretudo, limitações ditadas pelo interesse e pela rotina exigente da sua prática comercial, que o obrigava a estar perto dos negócios e a nunca deixar de os controlar, dada até a considerável fragilidade dos lucros e rendimentos que deles tirava.

Mesmo antes do início da expedição, na sua fase preparatória, Silva Porto tinha deixado claro, junto do governador de Benguela, que provavelmente não iria ele próprio até Moçambique; e obteve instruções do mesmo que o autorizavam nesse sentido: embora devesse estar disposto a ir longe, porventura até às bandas do Cazembe, «do ponto aonde assim chegar, irá, ou mandará pessoa capaz de o substituir, em direitura a Moçambique, encarregando-se V. S.^a em todo o caso de dar conta em Benguela do resultado desta dupla viagem (...).¹⁶ Quem escreveria portanto o relato, que era parte essencial da encomenda, seria sempre Silva Porto, mas a possibilidade de realizar apenas parte do trajeto foi prevista, aliás requerida

pelo próprio como condição – e finalmente sancionada pelas autoridades.

Ao acusar a recepção dessas instruções feitas à sua medida, em carta de 30 de maio de 1852, enquanto ainda se encontrava em Benguela, Silva Porto quis ainda deixar claro que, «não podendo concluir a minha derrota pessoal, terei de mandar a correspondência a Sua Ex.^a o governador de Moçambique». ¹⁷ Ou seja, mesmo que não fosse ele a entregar pessoalmente os ofícios destinados ao governador de Moçambique, antes os fazendo entregar por terceiros, a conclusão da rota seria nominalmente sua, como titular oficial da expedição e, portanto, futuro capitão de passagens e credor do prémio de um conto de réis. Esta foi uma condição que Silva Porto teve de fazer «ver pessoalmente» às autoridades, dado que não estava nos termos oficiais que estipulavam as regras para a travessia. A aceitação deste ponto era imprescindível para que a incumbência não pusesse em causa os seus negócios.

De resto, a inclusão, no trajeto acordado, das «bandas do Cazembe», não veio a confirmar-se na expedição efetivamente realizada em seu nome, com chegada à contracosta em agosto de 1854. O Cazembe não chegou a ser visitado e também não o foi outro dos destinos previstos e valorizados no conjunto de instruções oficiais que determinavam os termos em que a viagem seria considerada bem sucedida e o seu protagonista merecedor dos prémios instituídos. O artigo 5.º estipulava o seguinte: «Procurarão fazer conhecer aos régulos poderosos as grandes vantagens que lhes devem resultar de serem nossos fiéis aliados e com muita especialidade o Muatiânvua, quando por aí passem, certificando-lhe o desejo que este governo-geral tem de estabelecer com ele íntimas relações de aliança e amizade perpétua (...).» ¹⁸

Em suma, a viagem de Benguela a Moçambique, para o sertanejo que era Silva Porto – aliás muito consciente de pertencer ao que ele mesmo chamava a «segunda plêiade de sertanejos do Bié» – foi sempre uma viagem impossível. Renegociada em função dos limites impostos pela precedência das suas atividades mercantis, a expedição só manteve a sua viabilidade com o próprio sacrifício das regras mais elementares de uma exploração digna desse nome e das próprias regras do governo de Angola, nomeadamente através da promoção do

árabe-suaíli Ben-Chombo a líder da mesma, um homem que não era «europeu», mas que também não era «indígena». Podemos até dizer que tudo se converteu, na prática, numa expedição Barotze-Moçambique, pois ficaram para trás os próprios empregados de Silva Porto, a «gente nossa», como lhes chamava no diário – ou, como tinha escrito mais de um ano antes em carta ao governador de Benguela, a «companhia de quarenta bravos do meu serviço», com os quais, apesar de tudo, chegara a pensar em «empreender pessoalmente a viagem à Costa Oriental». ¹⁹

Mas voltemos à conversa nas margens agradáveis do Zambeze. Revelando talvez os motivos mais profundos do seu estado taciturno, o missionário escocês fez uma última e inesperada indagação ao seu interlocutor:

«– Não gosto muito desta região. Gostaria que me indicasse aqui um país melhor, onde um homem possa viver em perfeita tranquilidade os últimos dias da sua vida...»

Livingstone tinha apenas quarenta anos de idade, não fazia qualquer sentido que pensasse em reformar-se; e sabemos já que esta seria apenas a primeira das suas três expedições. Silva Porto pensou que talvez estivesse a querer sondar, uma vez mais, os seus reais conhecimentos do continente africano. Fosse como fosse, respondeu-lhe como experimentado africanista, de certa maneira já desiludido de encontrar um *Eldorado*:

«– Ao que parece, o meu caro viajante está a traçar na sua cabeça os contornos do paraíso na Terra... Ora, se não é possível topar com ele lá para os lados do Levante, posso dar-lhe a certeza absoluta de que para a banda do Poente também não o encontra. Por ali depara a cada passo com diabos que até a dormir estão a sonhar com a maneira e os modos de lhe tirar a camisa do corpo!... Isto quando não estiverem a sonhar com a maneira de, com a camisa, lhe tirarem também a vida...»

Era uma advertência em relação a perigos que conhecia bem e que nunca o tiravam do estado de sobreaviso quanto às intenções, por vezes muito cruéis, de vários povos guerreiros que foi descrevendo ao longo dos seus preciosos *Apontamentos*. Mas, ao mesmo tempo, era a segunda vez naquela conversa que insinuava a imagem de morte violenta – primeiro dos ingleses, agora do próprio Livingstone. Talvez

quisesse demarcar-se de qualquer visão idílica do mundo africano que, para si, era um permanente campo de batalha política e econômica, apenas interrompida em certos lugares pelos espetáculos da beleza natural. Em todo o caso, e como se quisesse chocar a sensibilidade do missionário, não achava que houvesse especial razão para desgostar do Barotze só por causa das atrocidades cometidas por Sekeletu, pois estas haveriam mais tarde ou mais cedo de se virar contra o próprio, que não deveria esperar melhor sorte. Pondo em evidência a impossibilidade de paraísos negros para a tranquilidade dos últimos dias de um branco, Silva Porto limitava-se afinal a declarar qual era a lei que por ali universalmente imperava – e fazia-se representante dessa lei, seu intérprete privilegiado. Era a vantagem de *estar lá* há mais tempo, a vantagem enfim de um «observador participante», numa aplicação *avant la lettre* deste conceito dos antropólogos profissionais do século XX.²⁰

O próprio Livingstone não o terá interpretado de maneira muito diferente, naquele crepúsculo que entretanto avançava e deixava sentir, enquanto o sol desaparecia, o vento de leste a incomodar os dois interlocutores. Afinal, receando talvez aquele excesso de familiaridade africana, que o deixaria na dependência, ao menos simbólica, deste português que o precedera, Livingstone rejeitou cortesmente a ajuda de Silva Porto, agradecendo que se dispusesse a guiá-lo até Luanda, mas pretextando que precisava ainda «de ir a Ribonda fazer algumas observações» e de voltar a Linyanti para «enviar um carro para o Cabo». Só depois de tudo isso poderia «tratar da viagem em questão».²¹ Acabaria por fazê-la na companhia ou com escolta de Macololos.

O sertanejo conseguiu por seu turno refazer a comitiva que deveria retomar e concluir a viagem a Moçambique. A 7 de agosto de 1853, partiu para nordeste em busca dos dois árabes de Zanzibar, tal como tinha anunciado a Livingstone; não sem antes ordenar aos que ficavam no acampamento que dispensassem «bom agasalho ao ilustre viajante e honras como à nossa própria pessoa».²² No dia 23 retrocedeu para Lialui, só chegando no dia 6 de setembro ao acampamento do Catango, onde soube que Livingstone tinha partido cinco dias antes. Os dois homens não voltariam a encontrar-se e Silva Porto reuniu todo o seu pessoal, perante quem propôs a Ben-Chombo

que assumisse o encargo de chefiar a viagem para Moçambique, pagando-lhe com o perdão de uma dívida e ainda com uma gratificação a pagar «no caso de bom êxito». O árabe aceitou e a comitiva partiu do Catango cerca de duas semanas depois, a 22 de setembro de 1853, enquanto a 30 do mesmo mês Silva Porto também se retirava dali para regressar ao Bié e à sua fazenda de Belmonte.

Se a expedição acabou atingindo os seus objetivos, já muito refeitos em quase todos os aspetos, foi também graças às novas instruções, à orientação e à persistência do sertanejo; da mesma forma que outras expedições portuguesas mais tardias, por exploradores propriamente ditos, não ficariam a dever pouco aos apoios e à proteção dele recebidos. Na página dos seus *Apontamentos* em que relatou sumariamente a nova partida, Silva Porto deixou manifesta a intenção de doar o seu prémio de um conto de réis ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Porto, enquanto esperava receber deveras a patente de capitão de passagens. Nunca a doação se chegaria a concretizar, porque nunca o direito ao prémio lhe veio a ser reconhecido pelas autoridades coloniais. Era a confirmação da impossibilidade daquela viagem, enquanto viagem de sertanejo, pouco conforme ao modelo de uma exploração científica. Vários anos depois, numa espécie de retrospectiva crítica, Silva Porto declinou a responsabilidade nesse desacerto: «Não fomos nós que nos apresentámos, fomos procurados.»²³ Mas talvez faltasse acrescentar, sobretudo à vista do modo como se entendeu ou desentendeu com David Livingstone, que não foi por acaso que o procuraram a ele.

Os encontros presenciais entre Silva Porto e Livingstone não foram os únicos que ligaram os dois homens. Igualmente importante foi o cruzamento silencioso através das páginas que escreveram um sobre o outro, anos depois. No capítulo IX das suas *Missionary Travels and Researches in South Africa*, de 1857, além de descrever a corte dos Macololo e de biografar o imperador Sekeletu, o explorador-missionário dedicou algumas palavras a Silva Porto, tristemente célebres, desde logo porque na passagem principal não se dava sequer ao cuidado de indicar o seu nome. O retrato que dele fez é sintomático de uma escala de valores arrogante, à luz da qual se permitia contrastar, no fundo, os méritos respetivos de sertanejos e exploradores – que era como quem dizia de portugueses e de britânicos.

Muito simplesmente, apresentou-o aos seus leitores ingleses e mundiais como um mercador de escravos, que tinha a particularidade de ser mestiço. «Quando os Mambari* divulgaram entre os seus, em 1850, notícias favoráveis acerca deste novo mercado que se abria para oeste, muitos mulatos portugueses, dados ao comércio da escravatura, foram induzidos a lá ir em 1853; e um deles, que se assemelhava perfeitamente a um português, chegou a Linyanti enquanto eu ali estava. Este homem não trazia mercadorias, e afirmava ter vindo unicamente com o fim de “indagar que sorte de fazendas teriam saído naquele mercado”. Pareceu-me muito transtornado com a minha presença.» Acrescentava que esse «half-caste» se fazia conduzir de machila e dava ainda a entender que andaria pelo Barotze a aumentar o seu séquito de escravos.

Em todos os seus livros e em todas as suas intervenções públicas, Livingstone denunciava os inimagináveis horrores envolvidos na captura e comércio de escravos. Apesar do carácter cada vez mais estrito das leis abolicionistas e da vigilância dos mares na busca de navios negreiros, África era ainda, nas suas palavras, a «ferida aberta da humanidade», em grande medida por culpa da presença portuguesa, que descrevia em termos sombrios e contrastantes com os de qualquer glória imperial passada e há muito extinta. De facto, Portugal despejara em Angola durante séculos muitos degredados, alguns militares, e também missionários, funcionários, governadores e uns poucos colonos. Muitos por lá ficavam, mas enquanto não morriam, e às vezes para não morrerem, comerciavam, e comerciavam primeiro que tudo escravos, porque essa era a principal exportação do continente. Agora, o que restava da expansão portuguesa era uma versão clandestina do tráfico de escravos, dizia Livingstone, cada vez mais anacrónica e por conseguinte decadente no pior sentido. À data em que Livingstone o percorreu, o «império» português em África, exceção feita a Luanda e seu pequeno *hinterland*, era um mundo de ruínas, de presídios inseguros perante a massa negra circundante, e onde aos seus olhos todos eram agentes ou cúmplices do comércio

esclavagista, que nenhuma proibição ou vigilância havia conseguido vencer.

É nesse contexto que podemos perceber porque foi Silva Porto por si visto, ou pelo menos retratado como um negreiro e um *half-caste*. Aos olhos sobranceiros do imperialista britânico, e no seu zelo de proclamar a primazia das suas descobertas, nada distinguia o sertanejo, que viajava acompanhado dos seus escravos de confiança, do mundo mestiço e decadente de que fazia parte. A única justiça que Livingstone fazia aos portugueses era, por um lado, a de agradecer a hospitalidade e generosidade de que fora alvo, e por outro a de reconhecer que mantinham com os negros uma relação muito diferente da rígida segregação que conhecera entre os Boers, na colónia britânica do Cabo. Segundo ele, os portugueses viviam em comunidade com os africanos, casavam com as negras, porventura escravas, tomavam como seus e educavam os filhos mulatos, e o sistema oficial de justiça que haviam instalado em África era cego à cor da pele. Na realidade, também Livingstone, no final da sua vida, viajou acompanhado de um seu filho mestiço, provavelmente um entre muitos que teve, dadas as «centenas» de amantes africanas que confessou ter tido para mal dos seus pecados. Também ele poderia então ser descrito, em certo sentido, como um *half-caste*. Talvez porque África tornava facilmente promíscuo o missionário, como transformava o pacifista em combatente, o humanista em racista, o branco em negro, e o contrário.

Fosse como fosse, para além da simpatia humana estavam em jogo interesses *civilizacionais* e imperiais, e estes para Livingstone não se compadeciam com a presença portuguesa em África. Só passada uma década sobre a publicação de *Missionary Travels and Explorations in South Africa* é que Silva Porto teve conhecimento dos seus conteúdos polémicos.* Indignado, até mesmo revoltado, redigiu então cerca de quarenta páginas de comentário crítico. O que havia porventura de mais extraordinário neste escrito era o facto de não chegar a admitir que era ele próprio o tal mulato negreiro que nas palavras de Livingstone «se assemelhava perfeitamente a um português».

* O termo *mambari* (ou *quimbare*) designava os escravos pertencentes aos sertanejos de Angola, e particularmente do Bié, embora pudesse ser aplicado numa aceção mais genérica para designar os Bienes em geral.

* Nomeadamente através de um livro editado em Lisboa em 1867, *Exame das Viagens do Dr. David Livingstone*, da autoria de José Lacerda, que rebatia a forma como o explorador escocês denegria a presença portuguesa em África.

Embora possamos aqui ver um enigma por resolver, não temos dúvidas pela nossa parte de que percebeu perfeitamente que o explorador escocês se estava a referir a si, preferindo mesmo assim defender-se por interposta pessoa, como se estivesse em causa um seu vizinho do Bié que também ia ao Barotze: «Este homem tão infamemente ultrajado (...) chama-se Caetano José Ferreira, natural do Barreiro, subúrbio de Lisboa, e tem tanto de mulato, quanto o ilustre viajante tem de boa-fé nos seus escritos.»²⁴

O mais importante para Silva Porto, em qualquer caso, é que a atitude de Livingstone traía uma avidez de intrusão, um desejo de apropriação pelos britânicos de uma terra que aos seus olhos era domínio de Portugal, o único país europeu cujo soberano tinha em África um nome – Muene Puto – que todos os africanos daquelas latitudes conheciam e respeitavam. Com efeito, numa outra passagem mais adiante, o explorador acabava por referir explicitamente o nome de Silva Porto, mas somente para lhe negar qualquer pioneirismo no Barotze. Foi mesmo ao ponto lhe pôr na boca palavras que ele não dissera: «Quando perguntei ao chefe dos Mambari, chamado Porto, se estava ao corrente de quaisquer visitas prévias a Naliele, ele respondeu negativamente, e declarou que ele próprio “tinha tentado lá ir três vezes, a partir do Bié, mas fora sempre impedido pela tribo chamada Ganguelas”. Quase o conseguiu em 1852, mas foi rejeitado. Agora (em 1853) tentou avançar para leste de Naliele, mas regressou ao Barotze, por não ser capaz de ir além da aldeia de Kainko, situada no rio Bashukulompo, a oito dias de distância. Todo o seu grupo estava ansioso por obter uma recompensa que acreditavam lhes era prometida pelo governo português. O seu insucesso confirmou a minha impressão de que eu devia seguir para oeste.»²⁵

Livingstone dava inclusive a entender que Silva Porto não tivera depois pejo em distorcer os factos relativos ao fracasso da expedição: «Porto gentilmente ofereceu-se para me ajudar, se eu fosse com ele para o Bié; mas quando declinei a sua oferta, ele acabou por me preceder na chegada a Luanda (...). Ben Habib disse-me que Porto enviou cartas para Moçambique por intermédio do árabe Ben-Chombo, que eu conheci; e depois disso andou a dizer em Portugal que ele próprio foi até Moçambique entregar as cartas.»²⁶

Em face de tudo isto, Silva Porto reequacionou o seu encontro de 1853 com o explorador britânico, a quem passou a chamar de caluniador com todas as letras: «O reverendo Dr. David Livingstone recebeu, sem dúvida, a coroa que seus concidadãos lhe votaram pelos serviços prestados nestas partes de África; no entretanto, força é confessá-lo, ela foi desfeita pelo ilustre viajante, visto havê-la manchado com a peçonha da calúnia. Quis chegar aos fins importando-se pouco com os meios. Em abril ou maio de 1853, no dia em que teve notícias minhas, um raio que lhe caísse próximo não causaria a impressão que lhe produziu semelhante nova, porque, necessariamente havia de compreender que, mais cedo ou tarde, teria de se achar em face de um competidor, obscuro pelo seu fraco talento, sim, mas testemunho vivo de prioridade nos mesmos lugares em que o Dr. se julgava com direito a chamar-se o primeiro europeu que os visitou. Ela não me pertence inteiramente, é certo, visto que outras pessoas percorreram esses mesmos lugares antes de mim e muito antes do ilustre viajante, mas pertence-me de facto, pois que essas pessoas eram enviadas por mim, existiam, e existem ainda, presentemente, no maior número, ao meu serviço: umas naturais de Luanda, outras de Golungo Alto, outras de Ambaca, outras de Pungo Andongo, outras, finalmente, do Bié.» Havia para além disso que contar com as experiências antigas, dos portugueses de outros séculos, «mas modernamente», acrescentava Silva Porto, «pelo que me diz respeito, e em relação ao ilustre visitante, creio não estar em erro dizendo que a prioridade no interior do continente africano é minha.»²⁷

Pouco perdendo da singeleza estilística do diário, esse texto de 1868 acrescentava uma outra ideia nova que vale a pena destacar: «Se a minha obra fosse o que deveria ser, há muito que estaria publicada, e talvez que em diversas línguas; não o tem sido pela falta de valor literário, nunca é tarde porém para se emendar e corrigir erros.»²⁸ De facto, e independentemente das limitações que sentia, Silva Porto via-se nesta data – em reação aos escritos de Livingstone – como autor de uma obra escrita que não só podia interessar à ciência, como tinha profundas consequências políticas.²⁹ É escusado acrescentar que ele era porventura na época o único sertanejo de Angola capaz de alimentar tal ambição, se excetuarmos desta conta o

relato escrito por Rodrigues Graça durante a sua viagem à Lunda – que de todas as formas fora encomendado por quem lhe atribuíra a missão e contrastava nessa medida com o diário livremente mantido e laboriosamente melhorado por Silva Porto ao longo de mais de quarenta anos de experiência africana. Em 1868, tinha já escrito cinco volumes completos, ou seja, cerca de duas mil páginas. E sem esta dedicação à escrita, que afinal o situam num universo literário que por modéstia sempre julgou fora de alcance, a sua importância histórica não seria a mesma, tampouco a notoriedade e as honras nacionais que acabariam por lhe ser dispensadas, ainda em vida e postumamente. Silva Porto era um explorador sem mapa, mas não era um explorador sem palavra, porque explorar significava escrever, arquivar o conhecimento adquirido e narrar a experiência de observação, de contacto, de ligações, de alianças, de aprendizagens e de tensões no meio do sertão africano.

O retrato de Silva Porto, transcendendo o que dele fez Livingstone, tem pois de incluir forçosamente três dimensões, que assim reconvertem a figura do sertanejo em paradigma de explorador: a consciência colonial e nacional; a curiosidade etnográfica e geográfica; e por fim a pulsão literária, aliás invulgar e íntima. O seu panfleto contra Livingstone era uma mistura explosiva, como que condensada, das três dimensões, mas só viria a ser publicado a título póstumo, sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa e no contexto escaldante do Ultimato britânico de janeiro de 1890. Várias vozes, entretanto, já se tinham levantado em defesa do seu bom nome, face às invetivas de Livingstone. Os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, por exemplo, lamentavam que já circulasse por essa Europa a ideia de que Silva Porto era «um mestiço da tribo dos Mambari», e escreveram a propósito o seguinte: «Silva Porto é um cidadão português, nascido na cidade do Porto. Seus pais, também portugueses, educaram-no, de modo que se acha habilitado a redigir todos os seus diários, com uma perfeição maior do que se imagina, e sobretudo apontaram-lhe bem qual é o caminho da honra, porque Silva Porto, com quem contraímos relações pessoais, é um dos homens mais probos que temos encontrado. (...) sabemos não ser *um traficante* e que a sua mercadoria principal *nunca foi o*

homem! (...) Velho, com a sua longa barba branca, alquebrado pelas fadigas sertanejas, não merece este ancião, no último quartel da vida, o indigno epíteto de *mulato mercador de escravos.*»³⁰

É bem sabido – dado que a propaganda colonial do Estado Novo o tornou um mito da História de Portugal – que António da Silva Porto se suicidou em abril desse ano, envolto na bandeira de Portugal sobre um barril de pólvora, ao ver ruir a *sua* África tão mais vasta que Angola, ao ver ruir o mundo dos sertanejos e o seu próprio ascendente sobre os chefes africanos ante a chegada de novos senhores, precisamente os britânicos. Simbolicamente, foi David Livingstone quem anunciou a morte de Silva Porto, quem anunciou o desaparecimento de um velho mundo em nome da *civilização*, quem anunciou enfim, em prelúdio do imperialismo europeu, os novos *reis* que aí vinham: reis brancos, mais brancos do que porventura o fora alguma vez em África o rei de Portugal, Muene Puto.

